1

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PROVA OBJETIVA - MANHÃ

Cargo: Técnico de Planejamento e Pesquisa

Concurso Público – IPEA-2023
EDITAL Nº 01/2023 - IPEA
de 29 de novembro de 2023.

CONHECIMENTOS GERAIS

PARA TODOS OS PERFIS E ESPECIALIDADES

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este **Caderno de Questões**, com o enunciado das 30 (trinta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com valor de 1,0 ponto cada.

b) Cartão-Resposta destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão-Resposta**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **Cartão-Resposta**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

04 - O candidato deve ter muito cuidado com o **Cartão-Resposta**, para não o **dobrar**, **amassar** ou **manchar**. O **Cartão-Resposta SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.

05 - Logo após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **Caderno de Questões** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no **Cartão-Resposta**, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura óptica do **Cartão-Resposta** é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão**, mesmo que uma das respostas esteja correta.**

Exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.

08 - **Será eliminado** deste Concurso Público o candidato que

a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;

b) portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas eletrônicas e(ou) similares, gravadores, *pen drive*, mp3 *player* e(ou) similar, fones de ouvido, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, relógios de qualquer natureza, telefones celulares, microcomputadores portáteis e(ou) similares;

c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões** e(ou) o **Cartão-Resposta**;

d) se recusar a entregar o **Caderno de Questões** e(ou) o **Cartão-Resposta**, quando terminar o tempo estabelecido;

e) não assinar a **lista de presença** e(ou) o **Cartão-Resposta**.

Obs. O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **duas horas** contadas a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO poderá levar o Caderno de Questões**, a qualquer momento.

09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão-Resposta**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões NÃO serão levados em conta**.

10 - O tempo disponível para esta Prova objetiva e a Prova Discursiva é de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo para marcação do **Cartão-Resposta**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **Cartão-Resposta**, o **Caderno de Questões** e **assinar a Lista de Presença**.

11 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, na página da **Fundação Cesgranrio** (**www.cesgranrio.org.br**).

CONHECIMENTOS GERAIS

Impacto social da inteligência artificial

1 A inteligência artificial (IA) é uma tecnologia revolucionária que tem impactado significativamente diversas áreas da sociedade. Um dos aspectos mais marcantes desse impacto é a democratização de serviços, que permite o acesso e o usufruto dos benefícios por uma parcela cada vez maior da população. Entretanto, essa evolução tecnológica também traz consigo questões éticas complexas relacionadas à criação e ao desenvolvimento das inteligências artificiais. Portanto, o que é necessário considerar ao enfrentar o dilema ético?

2 A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras. Dentre elas, é necessário destacar o acesso igualitário à informação. Por meio de assistentes virtuais e *chatbots*, pessoas com diferentes níveis de habilidades tecnológicas podem acessar informações, serviços e suporte de maneira mais fácil e eficiente. A tradução automática, por exemplo, facilita a comunicação entre populações que falam idiomas diferentes. Já os algoritmos permitem que as pessoas descubram novos conteúdos baseados nos seus interesses.

3 Outra área em que a IA tem trazido melhorias é a de saúde e bem-estar. A aplicação na medicina proporciona diagnósticos mais precisos, descoberta de novos tratamentos e cuidados personalizados. Esses avanços têm o potencial de ampliar o acesso a serviços de qualidade, especialmente em áreas remotas e desfavorecidas. Na medicina de precisão, a IA identifica características genéticas específicas para selecionar os tratamentos mais adequados para cada paciente, o que permite maior eficiência e redução de custos associados a tratamentos ineficazes. Além disso, a IA favorece a telemedicina e a assistência médica remota, permitindo que médicos e profissionais de saúde prestem cuidados a pacientes distantes, o que é particularmente útil em áreas rurais ou com recursos médicos limitados, onde a presença física de um médico pode ser escassa. A telemedicina gera melhoria no acesso aos serviços de saúde, permitindo que mais pessoas recebam cuidados adequados.

4 A IA também tem contribuído para tornar o ensino mais acessível, desempenhando um papel significativo na educação de pessoas com necessidades intelectuais específicas e proporcionando suporte personalizado e adaptativo para atender às necessidades individuais. Plataformas de aprendizagem *on-line* e recursos inteligentes permitem a personalização e a adaptação dos métodos educacionais às necessidades individuais dos estudantes. Isso possibilita o acesso a materiais didáticos de alta qualidade para pessoas em regiões com recursos limitados ou dificuldades de acesso à educação convencional.

5 Embora a inteligência artificial tenha o potencial de trazer benefícios sociais significativos, é importante considerar as questões éticas envolvidas em sua criação e seu desenvolvimento. Um dos desafios dessa natureza é a presença de vieses algorítmicos. Os algoritmos de IA podem refletir e perpetuar estigmas existentes na sociedade, como discriminação racial, de gênero e socioeconômica. É fundamental que os desenvolvedores da ferramenta estejam conscientes dessas questões e adotem medidas para mitigar vieses, garantindo a equidade e a imparcialidade nos sistemas.

6 Outro desafio ético é a desigualdade digital. Embora a IA tenha o potencial de democratizar serviços, ainda existe uma divisão digital significativa em várias partes do mundo. A falta de acesso à infraestrutura tecnológica, como conectividade à internet e dispositivos, limita a capacidade das pessoas de se beneficiarem plenamente das inovações da IA. É crucial abordar essa desigualdade para garantir que a democratização dos serviços seja verdadeiramente inclusiva.

7 Para garantir que a IA seja um catalisador positivo para a sociedade, é fundamental salientar essas questões, adotar medidas para minimizar vieses, proteger a privacidade e trabalhar em direção a uma democratização inclusiva e acessível. Somente com uma abordagem responsável e colaborativa poderemos aproveitar todo o potencial da IA para o benefício de todos.

MORAES, Enio. **Jornal do Comércio**, 27 jun. 2023. Disponível em: https://diariodocomercio.com.br/opiniao/impacto-social-da-inteligencia-artificial/#gref. Acesso em: 19 nov. 2023. Adaptado.

1

De acordo com o texto, uma das preocupações essenciais para tratar as questões éticas relacionadas à inteligência artificial é

(A) garantir a inclusão digital da população.
(B) disponibilizar novos serviços aos usuários.
(C) investir em pesquisa para ampliar os recursos de IA.
(D) promover capacitação de desenvolvedores de ferramentas em IA.
(E) implementar algoritmos que reiterem concepções sociais tradicionais.

2
Depois de detalhar as diferentes contribuições da inteligência artificial no processo educacional da população o texto desenvolve a seguinte ideia:

(A) a telemedicina tem permitido que profissionais de saúde prestem atendimento a moradores de áreas rurais.
(B) a tradução automática é uma forma de acesso igualitária à informação de pessoas que falam idiomas distintos.
(C) os algoritmos podem perpetuar estigmas sociais, como discriminação racial, de gênero e socioeconômica.
(D) os assistentes virtuais e os *chatbots* facilitam o acesso à informação a pessoas de baixa habilidade tecnológica.
(E) os tratamentos mais adequados a diferentes pacientes podem ser definidos a partir de estudo de suas características genéticas.

3
O principal recurso argumentativo empregado no texto para defender a existência de impactos sociais positivos da inteligência artificial é

(A) a apresentação de depoimentos de pesquisadores que desenvolvem estudos sobre o assunto.
(B) a descrição de projetos governamentais voltados ao aperfeiçoamento dessa tecnologia revolucionária.
(C) a enumeração de diferentes institutos de pesquisa destinados a desenvolver ações de inclusão social.
(D) o detalhamento de diferentes serviços que garantem à população o acesso igualitário à informação.
(E) o emprego de expressões depreciativas com o objetivo de relativizar a visão negativa sobre o uso da IA.

4
O trecho do segundo parágrafo "A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras. **Dentre elas**, é necessário destacar o acesso igualitário à informação" pode ser reescrito, de acordo com as exigências da norma-padrão da língua portuguesa, mantendo-se o sentido original, da seguinte forma:

(A) A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras, **onde** é necessário destacar o acesso igualitário à informação.
(B) A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras, **para as quais** é necessário destacar o acesso igualitário à informação.
(C) A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras **que** é necessário destacar o acesso igualitário à informação.
(D) A inteligência artificial **tanto** tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras, **que** é necessário destacar o acesso igualitário à informação.
(E) A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras, **dentre as quais** é necessário destacar o acesso igualitário à informação.

5
No texto, o referente do termo em destaque está corretamente explicitado entre colchetes no

(A) parágrafo 2 – "Dentre **elas**, é necessário destacar o acesso igualitário à informação." [democratização de serviços]
(B) parágrafo 2 – "Já os algoritmos permitem que as pessoas descubram novos conteúdos baseados nos **seus** interesses." [algoritmos]
(C) parágrafo 4 – "**Isso** possibilita o acesso a materiais didáticos de alta qualidade" [necessidades individuais dos estudantes]
(D) parágrafo 5 – "é importante considerar as questões éticas envolvidas em **sua** criação e seu desenvolvimento" [benefícios sociais]
(E) parágrafo 7 – "é fundamental salientar **essas** questões, adotar medidas para minimizar vieses" [questões éticas]

6
A concordância do verbo destacado atende às exigências da norma-padrão da língua portuguesa em:

(A) Ao levar em conta as questões éticas relacionadas aos algoritmos de reconhecimento facial, **percebe**-se as limitações da legislação atual.
(B) Ao utilizar algoritmos em processos decisórios nas áreas de justiça e segurança pública, **reproduz**-se discriminações presentes na sociedade, tanto racial quanto de gênero.
(C) Nos últimos anos, **constatou**-se mudanças significativas no modo como os usuários das redes sociais se deixam manipular pelos algoritmos digitais.
(D) Para atender às demandas de democratização dos serviços relacionados à inteligência artificial, **optou**-se por investimentos mais altos na infraestrutura tecnológica.
(E) Com o objetivo de facilitar a comunicação entre pessoas que falam idiomas diferentes, **desenvolve**-se assistentes virtuais de tradução automática.

7
Considere o seguinte trecho do 6º parágrafo:

> Embora a IA tenha o potencial de democratizar serviços, ainda existe uma divisão digital significativa em várias partes do mundo. A falta de acesso à infraestrutura tecnológica, como conectividade à internet e dispositivos, limita a capacidade das pessoas de se beneficiarem plenamente das inovações da IA.

A relação lógica que se estabelece entre as duas frases é de

(A) alternância
(B) causalidade
(C) concessão
(D) condição
(E) tempo

Continua

Text I

How good is the U.S. economy?
It's beating pre-pandemic predictions.

1 Americans might be reluctant to believe it, but on paper, the U.S. economy is doing pretty well. So well, in fact, that we're performing better than forecasts made even before the pandemic began.

2 The nation's employers added another 199,000 jobs in November, the U.S. Bureau of Labor Statistics reported on Friday. This means that overall employment is now 2 million jobs higher than was expected by now in forecasts made way back in January 2020 by the nonpartisan Congressional Budget Office.

3 The job market isn't the only front on which we have bested forecasts made before the pandemic. The overall size of the economy, as measured by gross domestic product, is larger than it was expected to be around now. The International Monetary Fund says that U.S. gross domestic product is higher today, in inflation-adjusted terms, than it had expected at the beginning of 2020. The IMF ran these calculations for countries around the world, and found the United States was an outlier in beating the organization's pre-covid forecasts.

4 So why did well-regarded professional forecasters underestimate the strength of the economy? And how is it that jobs and GDP are doing better than they expected, even as inflation has been unmistakably worse?

5 To some extent, all these things are related. Forecasters obviously did not anticipate the pandemic. They also did not anticipate the unprecedentedly enormous government response to the coronavirus. When the public health crisis hit and disemployed millions of American workers, policymakers implemented unusually generous fiscal and monetary stimulus.

6 Such measures helped get people back to work sooner, and avoided the long, painful effort back to normal that had followed the Great Recession. Thus, faster job growth. They also massively amplified consumer demand, at a time when the productive capacity of the economy (i.e., companies' ability to make and deliver the things their customers want) couldn't keep up. Employers faced all kinds of shortages — of products, materials, workers — and consumers anxious to buy stuff raised the prices of whatever inventory companies actually had available. Thus, faster price growth.

7 If you had asked me back in January 2020 how Americans might feel about an economy with an "extra" 2 million jobs, unemployment less than 4 percent, and inflation just over 3 percent, I probably would have guessed the public would be pretty content. However people are still furious about the extra price growth they've already endured to date, and unimpressed by all that extra job growth. Maybe it's human nature for people to view better jobs or pay as things they've earned, while a painful price increase is something inflicted upon them — even if both are, to some extent, two sides of the same coin.

Available at: https://www.washingtonpost.com/opinions/2023/12/08/jobs-report-economy-beats-pandemic-predictions/. Retrieved on: Dec. 12, 2023. Adapted.

8

According to Text I,

(A) although the job market and the GDP are getting worse, prices are decreasing.
(B) the increasing unemployment has contributed to people's positive perception of the U.S. economy.
(C) the current predictions about the U.S. economy indicate that the job market will worsen in the future.
(D) despite people's negative perception, the U.S. economy is doing well.
(E) excessively positive forecasts about the U.S. economy have pushed prices up.

9

In Text I, in paragraph 4, one of the questions is "why did **well-regarded professional** forecasters underestimate the strength of the economy?".

The expression **well-regarded professional** forecasters can be rewritten, with no change in meaning, as

(A) respected and experienced forecasters
(B) enthusiastic and unskilled forecasters
(C) kind and pretentious forecasters
(D) strict and amateur forecasters
(E) laid back and intense forecasters

10

In the sentence "Forecasters obviously did not **anticipate** the pandemic" (Text I, paragraph 5) the term **anticipate** could be replaced, with no change in meaning, by

(A) precede
(B) expect
(C) need
(D) hide
(E) fight

11

In the sentence "I probably would have guessed the public would be **pretty content**" (Text I, paragraph 7), the expression **pretty content** can be rewritten, with no change in meaning, by

(A) very discouraged
(B) really satisfied
(C) beautifully betrayed
(D) poorly valued
(E) slightly strong

12

In the sentence “Maybe it’s human nature for people to view better jobs or pay as things they’ve earned, while a painful price increase is something inflicted upon them — even if **both** are, to some extent, two sides of the same coin.” (Text I, paragraph 7), the word **both** refers to

(A) “human nature” and “people”
(B) “better jobs and pay” and “human nature”
(C) “a painful price increase” and “people”
(D) “people” and “things they’ve earned”
(E) “better jobs and pay” and “a painful price increase”

Text II

UK Economy Forecast to Narrow GDP Gap with Germany by 2038

1 The UK will be Europe’s best-performing major economy in the next 15 years, narrowing the gap with Germany and extending its lead over France, according to new long-run forecasts.

2 The Centre for Economics and Business Research predicted that GDP growth in the UK will settle between 1.6% and 1.8% in the period up until 2038, helping it retain its position as the world’s sixth-largest economy.

3 Under CEBR’s long-run world economic rankings, the UK is expected to grow faster than all of the eurozone “big four” economies — France, Germany, Italy and Spain — but not as rapidly as the US.

4 “The fundamentals of the UK economy are still very much strong,” said Pushpin Singh, senior economist at CEBR. “London’s status as a financial and advisory services hub enduring, along with the wider strength of the services sector across the UK, will push UK growth.”

5 By 2038, Italy will drop out of the world’s top 10 economies by size, replaced by South Korea. The US and Germany will slip down the rankings, while India and Brazil — two developing economies with large populations — will rise within the top 10.

6 France will underperform the UK particularly due to its large public sector and high tax levels, while Germany’s manufacturing slowdown will help Britain narrow the gap, according to Singh.

Available at: https://www.bnnbloomberg.ca/uk-economy-forecast--to-narrow-gdp-gap-with-germany-by-2038-1.2015577. Retrieved on: Dec. 26, 2023. Adapted.

13

In paragraph 2, the author states that: “GDP growth in the UK will settle between 1.6% and 1.8% in the period up until 2038, helping it retain its position as the world’s sixth-largest economy”.

The expression **the world’s sixth-largest economy** from that statement is correctly translated into Portuguese in

(A) o mundo e as seis maiores economias
(B) o mundo e a sexta maior economia
(C) as seis maiores economias do mundo
(D) um sexto das maiores economias do mundo
(E) a sexta maior economia do mundo

14

According to the forecast in paragraph 5, one could affirm in Portuguese, that **a economia brasileira terá uma boa colocação no ranking mundial**.

That affirmation is correctly translated into English in

(A) The economy Brazilian will have a good position in the rankings world.
(B) The Brazilian economy will have a good position in the world rankings.
(C) The Brazilian economy will have a position good in the rankings of world.
(D) An economy Brazilian will have the good position in the rankings of the world.
(E) An economy Brazilian will have the position good in rankings world’s.

RASCUNHO

Continua

15
Considere o texto a seguir sobre a formulação de política pública.

No Brasil, o nascedouro de um sistema público de proteção ao emprego que amparasse os desempregados data de 1986, com o seguro-desemprego, sendo, em 1988, incluído na Constituição Federal, definindo fundo específico para ações que envolvem também a intermediação de empregos e a qualificação. Nesse contexto, a elaboração da política de economia solidária no país é uma estratégia de governo para aprimorar os caminhos tomados pelas políticas de emprego e desenvolvimento; trata-se de uma política de atenção aos grupos sociais mais vulneráveis ao desemprego estrutural e ao empobrecimento. Desse modo, a economia solidária se situa entre as novas perspectivas de relações de trabalho agenciadas por políticas públicas, derivando a importância da evidenciação das demandas e/ou problemas intrínsecos a ela. A expressão economia solidária pode servir para designar práticas econômicas populares que estão fora do assalariamento formal — como comércio ambulante, pequenas oficinas, serviços autônomos, artesanato, confecções de costura —, englobando ações que são individualizadas e outras que agrupam pessoas com sentido de coletividade, provocando a solidariedade na produção econômica, propriamente.

BARBOSA, R. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. *In*: SILVA e SILVA, M.; YAZBEK, M. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 90-101. Adaptado.

Na elaboração dessa política pública visando às unidades produtivas, identifica-se o seguinte problema:

(A) excessiva legislação de regulação do trabalho coletivo ou autogestionário
(B) preponderância de investimento em pesquisa aplicada em sustentabilidade
(C) específica comercialização da cadeia produtiva do trabalho autogestionário
(D) abrangente pulverização de crédito pelas grandes aglomerações financeiras
(E) elevada capacitação de trabalhadores na especificidade técnica da autogestão

16
No texto a seguir, reflete-se acerca de processos e atores das políticas públicas.

As transformações do Estado impactam diretamente nas transformações das políticas públicas e vice-versa. Estas, derivadas da sociedade civil, especificamente do terceiro setor, são indicadores de ampliação dos espaços historicamente reservados às elites. A reflexão sobre as possíveis articulações entre políticas públicas e desenvolvimento com pretensões sustentáveis, exige um entendimento dos processos políticos e das estruturas de poder que influenciam as decisões e as medidas de governo. A gestão do Estado é um processo intrincado que requisita a negociação de interesses diversos, envolvendo atores sociopolíticos influentes e poderosos, o que é especialmente complexo no Brasil. Apesar das dificuldades políticas e institucionais para influenciar o processo de desenvolvimento, a sociedade civil brasileira encontra formas de aumentar a sua esfera de influência política e direcionar políticas públicas.

MENDES, A. *et al*. Políticas públicas, desenvolvimento e as transformações do Estado brasileiro. *In*: SILVA, C.; SOUZA-LIMA, J. (org.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 31-32. Adaptado.

Com relação aos atores sociais implicados no desenvolvimento nacional, a concepção de políticas públicas eficazes deve ter como objetivo a(o)

(A) secundarização do terceiro setor, que apresenta baixo grau de empregabilidade e se restringe a campanhas de mobilização.
(B) relativização do modelo de parcerias público-privadas, que fracassa em sua experiência internacional, como a estadunidense.
(C) implementação de programas de ajuste estrutural, adequados ao Consenso de Washington, que visa ao protecionismo comercial e financeiro nacional.
(D) engajamento da sociedade civil na elaboração, na implementação e no monitoramento de projetos de desenvolvimento, que reforçam a democracia.
(E) estímulo do modelo desenvolvimentista alicerçado no Estado, capital doméstico e internacional, que reforça a nacionalização da economia.

RASCUNHO

17
Sobre a análise de políticas públicas, considere o texto abaixo.

> Para a análise de políticas públicas, podem-se agrupar várias atividades, tendo como resultado um conjunto de processos político-administrativos. Surge um esquema de análise de políticas públicas que se atém aos processos e evita análises sobre a substância das políticas: pretende-se entender como as decisões são tomadas ou como deveriam ser tomadas, mais do que identificar quem ganha o quê e por quê.
>
> DYE, T. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. *In*: HEIDEMANN, F.; SALM, J. **Políticas públicas e desenvolvimento**. Bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009. p. 103-104. Adaptado.

No conjunto de processos político-administrativos vinculados à política pública, identifica-se a atividade específica que visa estudar os programas governamentais, relatando os seus *outputs*, considerando os seus impactos sobre os grupos-alvo e sobre os outros grupos, além de propor mudanças e ajustes; trata-se de uma atividade funcional de mensuração e análise.

Na análise de políticas públicas, essa atividade específica consiste na

(A) avaliação de políticas
(B) montagem da agenda
(C) formulação de propostas
(D) identificação de problemas
(E) implementação de programa

18
O texto a seguir aborda a política pública de combate à fome no Brasil.

> As causas da fome são estruturais e continuarão a produzir exclusão social. Portanto, é necessário promover a articulação das políticas estruturais com as políticas específicas de combate à fome. Logo, um programa de combate à fome no Brasil, como o Cartão Alimentação, é justificado pelo seguinte conjunto de razões: possibilita a sua massificação rapidamente sem ser inflacionário, pois impacta a pequena produção familiar agropecuária; é um programa típico keynesiano, tendendo a expandir-se em épocas de recessão e de se contrair nas de crescimento acelerado; é temporário e associado a outros programas, como o bolsa-escola, o seguro desemprego e o bolsa-alimentação; permite a implantação de sistemas de controle, de modo a exigir sempre uma contrapartida em termos de ocupação e emprego dos beneficiários; e combina o caráter emergencial de assistência direta às famílias mais pobres com políticas setoriais de reestruturação econômica, como a reforma agrária, a política agrícola e a geração de mais e melhores empregos.
>
> SILVA, G.; BELIK, W. TAKAGI, M. Os desafios de uma política de segurança alimentar no Brasil. *In*: CIMADAMORE, A.; DEAN, H.; SIQUEIRA, J. (Org.). **A pobreza do Estado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p.151-152. Adaptado.

O conjunto de razões apresentado justifica especificamente um programa de

(A) transferência de renda em dinheiro
(B) fornecimento de alimentos em espécie
(C) transferência de renda em crédito agrícola
(D) caridade às famílias mais pobres das cidades
(E) transferência de renda vinculada à compra de alimentos

RASCUNHO

Continua

19

O texto abaixo apresenta a descrição de um estágio da política pública.

> Depois que um problema público conseguiu entrar na agenda política, depois que foram formuladas várias opções para resolvê-lo e depois que o governo estabeleceu os objetivos políticos e se decidiu por um curso de ação, ainda cabe a ele colocar a decisão em prática. Enquanto a maioria das decisões políticas identifica os meios para perseguir seus objetivos, as escolhas subsequentes têm de alcançar resultados. Para que uma política funcione, há que se alocar fundos, designar pessoas e desenvolver regras de como proceder. Esse estágio do ciclo da política pública depende de servidores públicos e de funcionários administrativos para estabelecer e gerenciar as ações necessárias, contando, também, com atores não governamentais que fazem parte do subsistema político-administrativo.
>
> HOWET, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública**. Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p.179. Adaptado.

Essa descrição se refere integralmente ao seguinte estágio de uma política pública:

(A) Avaliação de política: *policy-making* como aprendizagem
(B) Montagem da agenda: a construção dos problemas
(C) Tomada de decisão: escolhas positivas e negativas
(D) Implementação de política: atores e atividades
(E) Formulação política: instrumentos e *design*

20

Considere o texto sobre a Constituição Federal de 1988.

> A Constituição Federal de 1988 (CF/88) tem expressamente uma constituição econômica voltada para a transformação das estruturas sociais. O capítulo da Ordem Econômica da CF/88 (Artigos 170 a 192) tenta sistematizar os dispositivos relativos à configuração jurídica da economia e à atuação do Estado na economia, isto é, os preceitos constitucionais que, de um modo ou de outro, reclamam a atuação estatal no domínio econômico, embora estes temas não estejam restritos a este capítulo do texto constitucional. Em sua estrutura, o capítulo da Ordem Econômica engloba, no Artigo 170, os princípios fundamentais da ordem econômica brasileira, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por finalidade assegurar a todos uma existência digna de acordo com a justiça social. Além desses princípios estruturantes, a ordem econômica da CF/88 engloba dispositivos que tratam da ordem econômica no espaço e no tempo.
>
> BERCOVICI, G. Os princípios estruturantes e o papel do Estado. *In*: CARDOSO Jr., J. (Org.). **A Constituição Brasileira de 1988 revisitada.** Brasília: Ipea, 2009. p. 256. Adaptado.

No texto constitucional, para além dos princípios, a ordem econômica no espaço está configurada nas disposições sobre

(A) Reforma agrária e política urbana
(B) Soberania nacional e defesa do meio ambiente
(C) Livre concorrência e redução das desigualdades sociais
(D) Função social da propriedade e busca do pleno emprego
(E) Defesa do consumidor e redução das desigualdades regionais

21

Determinada lei municipal instituiu pensão por morte e por invalidez para os representantes políticos municipais, beneficiando os ex-ocupantes dos cargos, seus cônjuges ou companheiros sobreviventes, bem como seus descendentes consanguíneos de 1º grau.

À luz da Constituição Federal, a lei em questão é

(A) válida, conforme arquétipo constitucional, que concede tal vantagem ao Presidente da República.
(B) válida, caso presentes os mesmos parâmetros utilizados para a concessão da mesma pensão no modelo da Constituição Federal.
(C) válida, desde que haja previsão do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência.
(D) inválida, por criar despesa sem apontar a respectiva fonte de custeio ou as medidas de compensação orçamentária.
(E) inconstitucional, por ofender os princípios da Administração Pública, em especial o da igualdade, desvelando tratamento privilegiado.

22
O assessor jurídico de uma agência de fomento foi incumbido de avaliar um projeto que se baseava em uma norma estadual, de iniciativa popular, que previa a afetação de 10% do orçamento bruto a programas agrícolas. Há dúvidas sobre a compatibilidade dessa norma com a Constituição Federal.

Após estudar o caso, o assessor constatou que essa norma é

(A) incompatível, uma vez que é de iniciativa do Poder Executivo propor leis voltadas a estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
(B) incompatível, sendo do Poder Legislativo a iniciativa de propor leis voltadas a estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
(C) compatível, uma vez que a lei objetiva incentivar determinado setor econômico e não vincula receitas de determinados impostos de competência do Estado.
(D) compatível, já que é pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a reserva de lei de iniciativa do Chefe do Executivo só se aplica no caso dos territórios federais.
(E) compatível, obedecendo às regras constitucionais, no que diz respeito à iniciativa das leis, como corolário da autonomia, independência e harmonia dos Poderes e reveladoras do sistema federativo.

23
Considere o texto a seguir sobre a situação dos quilombolas.

> A Constituição Federal de 1988 estabelece o direito à propriedade aos remanescentes das comunidades de quilombos que ocupem suas terras, cabendo ao Estado o dever de emissão dos títulos de propriedade. Essas terras ficaram conhecidas como Territórios Remanescentes de Comunidades Quilombolas. [...] De fato, apenas em 2003, o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos foi regulamentado, tendo como órgão responsável na esfera federal o Incra.
>
> GONÇALVES, G. **Acesso à água de famílias quilombolas inscritas no cadúnico e aspectos associados**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Ipea, 2021. p. 6. Adaptado.

Pela primeira vez na história, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) investigou integrantes dos povos e comunidades tradicionais. De acordo com dados do Censo 2022, a população quilombola do país é de 1,32 milhão de pessoas, ou 0,65% do total de habitantes do país.

A elaboração de uma política pública voltada à comunidade quilombola deve incorporar o seguinte dado socioespacial:

(A) todas as unidades federadas contêm territórios quilombolas.
(B) a maioria da população quilombola reside em terras tituladas.
(C) o Nordeste concentra mais da metade do total de quilombolas.
(D) a maioria quilombola vive em territórios oficialmente delimitados.
(E) o Norte detém a maioria de quilombolas em territórios delimitados.

24
Considere o texto abaixo sobre novas tecnologias no mundo do trabalho.

> A chamada quarta revolução industrial, em pleno curso na atualidade, baseia-se na difusão e na integração das tecnologias já utilizadas desde os anos 1970, por meio das tecnologias de informação e comunicação (TIC), bem como em novos avanços tecnológicos nos campos da inteligência artificial, da nanotecnologia e da biologia. Essa revolução traz em seu bojo a possibilidade de automação de atividades altamente especializadas e não rotineiras. As alterações nos padrões sociais e tecnológicos impostos pela atual revolução tecnológica impõem a necessidade de ajustes nas políticas públicas, em particular daquelas relacionadas ao mercado de trabalho. No Brasil, a introdução de tecnologias relacionadas à quarta revolução industrial ocorre, mas é, ainda, incipiente, principalmente devido às deficiências na infraestrutura de comunicações, ao alto custo de importação de máquinas e equipamentos e ao reduzido grau de inovação tecnológica verificado para o conjunto da economia.
>
> MACIENTE, A.; RAUEN, C.; KUBOTA, L. Tecnologias digitais, habilidades ocupacionais e emprego formal no Brasil entre 2003 e 2017. Brasília: Ipea. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise, ano 25, n. 66, abr. 2019. p. 2. Adaptado.

No Brasil, essas novas tecnologias provocam o seguinte impacto no mundo do trabalho:

(A) redução do grau de especialização dos trabalhadores formais
(B) diminuição do grau de competitividade das empresas no mercado
(C) queda do uso de habilidades cognitivas nos setores de comunicação
(D) desempenho de atividades rotineiras por máquinas e/ou computadores
(E) busca de soluções pelo trabalhador bloqueada por tecnologias de informação

25
O texto abaixo aborda a dinâmica demográfica brasileira.

A composição de uma população em seus elementos básicos, como sexo e idade, está dialeticamente associada aos componentes dos processos econômicos, como mercado de trabalho e mercado consumidor. Um ponto importante é que as especificidades da composição populacional variam ao longo do tempo como decorrência dos processos históricos de cada sociedade. A dinâmica demográfica é marcada por processos inerciais, que demandam décadas entre o início e a identificação dos efeitos das mudanças na composição populacional. Destaca-se que um dos processos mais marcantes da dinâmica demográfica que está em curso no Brasil é a transição demográfica. Nessa perspectiva, a transição demográfica consiste na passagem de uma sociedade rural e tradicional, com altas taxas de natalidade e mortalidade, para uma sociedade urbana e moderna, com essas mesmas taxas em índices reduzidos.

CARMO, R.; CAMARGO, K. **Dinâmica demográfica brasileira recente**: padrões regionais de diferenciação. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. p.7. (Texto para Discussão n. 2.415). Adaptado.

A transição demográfica do Brasil atual provoca o seguinte efeito na dinâmica populacional:

(A) aumento da proporção relativa de pessoas em idade ativa, devido ao bônus demográfico em andamento
(B) elevação da razão de dependência de crianças e adolescentes, em comparação à de adultos e idosos
(C) redução dos gastos governamentais com seguridade social, devido ao início do período do bônus demográfico
(D) impedimento da agregação de indivíduos da faixa etária senil à população em idade ativa
(E) incremento da elevação das taxas de fecundidade total vinculado ao aumento da expectativa média de vida

26
O texto abaixo discute a questão das cidades e da estrutura produtiva.

As cidades integrantes de uma rede urbana se diferenciam pelos seus tamanhos populacionais, mas também, e sobretudo, em razão da oferta e da qualidade dos serviços que oferecem, como escolas, hospitais, bancos, comércio e universidades. O avanço da transição urbana a partir dos anos 1980, juntamente com a progressão da transição demográfica, diminuiu as taxas de crescimento da população. Muitas regiões e cidades, porém, aumentaram seu peso demográfico por causa dos fluxos migratórios. O contexto da crise econômica abriu então alternativas para cidades de menor porte, especialmente em razão da periferização dos centros urbanos.

CARMO, R.; CAMARGO, K. **Dinâmica demográfica brasileira recente**: padrões regionais de diferenciação. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. p. 51. (Texto para Discussão n. 2.415). Adaptado.

Nesse contexto de transição, a partir da década de 1990, identifica-se o seguinte processo socioespacial específico:

(A) extinção de tecnopolos no Centro-Sul
(B) estagnação da fronteira agrícola no Norte
(C) contração do dinamismo das capitais regionais
(D) desconcentração industrial de regiões metropolitanas
(E) retração demográfica e produtiva das cidades médias

27
Considere o texto sobre a Lei Júlio Lancellotti.

A Lei 14.489, de 2022, é designada Lei Padre Júlio Lancellotti por uma referência ao religioso que, desde 1986, promove trabalhos sociais na cidade de São Paulo. Coordenador de uma pastoral, Lancellotti usou uma marreta para remover pedras pontiagudas instaladas sob um viaduto pela prefeitura da capital paulista. O gesto já foi repetido em outras ocasiões pelo padre, que usa sua página numa rede social para denunciar a arquitetura hostil em outras cidades. Essa lei altera o Estatuto da Cidade para estabelecer entre suas diretrizes a “promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição de espaços livres de uso público, seu mobiliário e interfaces com espaços de uso privado”.

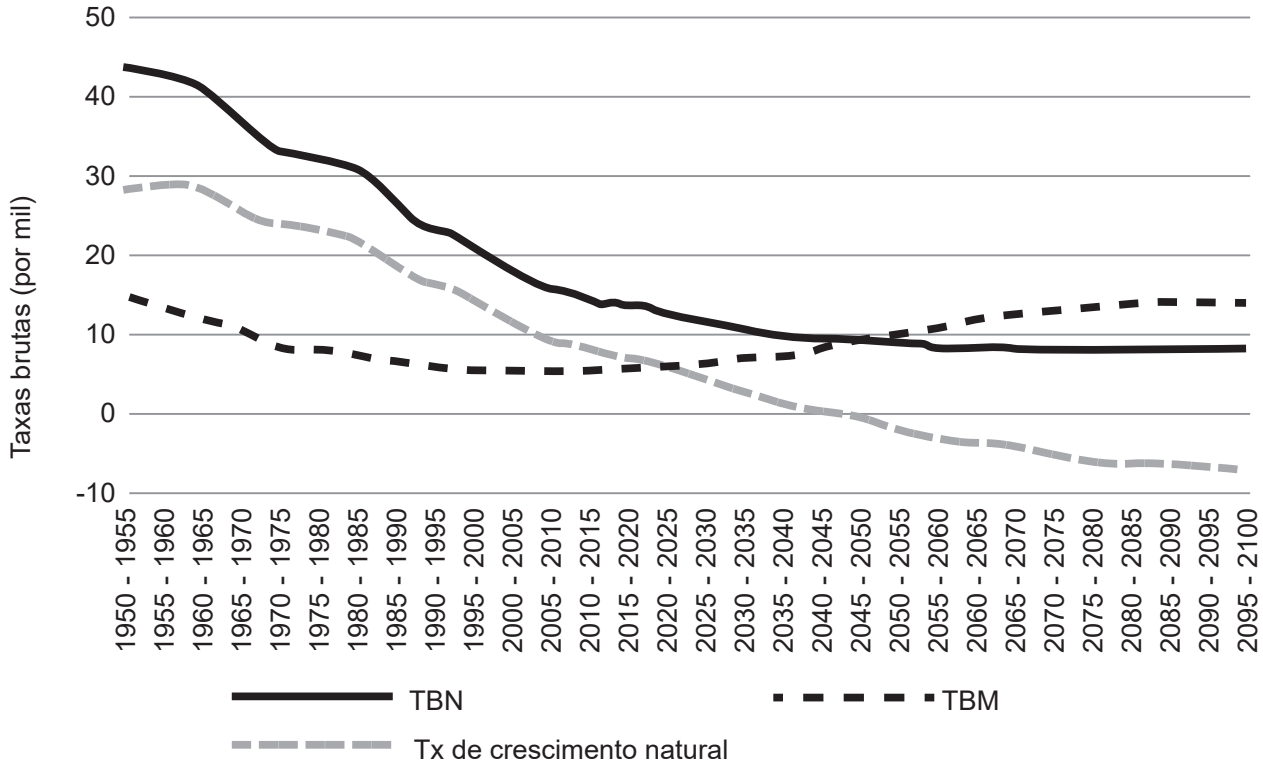
Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/22/lei-padre-julio-lancellotti-que-proibe-arquitetura-hostil-e-promulgada. Acesso em: 20 nov. 2023. Adaptado.

Essa recente lei tem como propósito principal evitar a

(A) especulação imobiliária, discriminando os materiais de construção adequados para os espaços públicos.
(B) prescrição do Estatuto da Cidade, garantindo a fruição de espaços públicos urbanos livres de arquitetura hostil.
(C) exclusão social de grupos vulneráveis, garantindo a acessibilidade de pessoas em situação de rua aos espaços públicos.
(D) permanência de grupos sociais minoritários nos espaços públicos, indicando a prática de uma arquitetura menos hostil.
(E) utilização popular indiscriminada de praças, calçadas, viadutos e jardins, restringindo o vandalismo nos espaços públicos.

28

Considere o gráfico sobre a demografia no Brasil.



Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/590233. Acesso em: 18 nov. 2023. Adaptado.

A análise do comportamento demográfico, no período 2020-2025, conduz à seguinte conclusão:

(A) o crescimento vegetativo está em elevação, decorrente da alta fecundidade.
(B) o bônus demográfico está em pleno curso, face às condições históricas.
(C) o saldo migratório está em estagnação, em virtude das crises econômicas.
(D) a taxa de natalidade está em alta, devido à urbanização acelerada.
(E) a taxa de mortalidade está em declínio, com o fim da pandemia de Covid-19.

29

O texto a seguir trata da urbanização brasileira.

> No Brasil, verificam-se recentes transformações ocorridas nas relações entre os territórios urbanos, bem como no perfil demográfico, produtivo e funcional dos municípios. Além das áreas de concentração de população, o IBGE também identifica os chamados arranjos populacionais, agrupamentos de dois ou mais municípios com forte integração populacional, assim como municípios isolados, com população superior a 100 mil habitantes, que, juntos, conformam concentrações urbanas. O Ipea define aglomerações urbanas como aquelas "formadas por áreas urbanizadas integradas – logo funcionalmente complementares" e que podem ser constituídas por espaços urbanizados contínuos e descontínuos. Constatam-se mudanças na morfologia urbana, apoiadas no predomínio do automóvel, nas tecnologias de informação e na localização de empresas e moradias em locais mais distantes, que vêm provocando uma "metropolização expandida", ou seja, uma expansão territorial metropolitana que resulta em mudança completa na estrutura, forma e função das metrópoles.
>
> MOURA, R.; PÊGO, B. **Aglomerações urbanas no Brasil e na América do Sul**: trajetórias e novas configurações. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 8. (Texto para Discussão n. 2.203). Adaptado.

Essa metropolização expandida é comprovada pela configuração de:

(A) capitais regionais que controlam os movimentos pendulares.
(B) cidades conurbadas que respondem por forte rede de fluxos.
(C) centros locais que atendem à expansão da fronteira agrícola.
(D) cidades médias que apresentam decrescimento demográfico.
(E) metrópoles nacionais que inibem a segregação socioespacial.

30

O texto a seguir aborda a questão da sustentabilidade energética no Brasil.

> As projeções de consumo e oferta de energia para 2030, elaboradas pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), apontam continuidade do perfil da matriz energética brasileira, com maior grau de dependência de combustíveis fósseis, altamente dependente do petróleo. As novas hidrelétricas e outras fontes renováveis, como a eólica e a geração termelétrica com o bagaço da cana, são os elementos que indicam a possibilidade de fontes renováveis na área de geração elétrica. [...] O primeiro aerogerador a entrar em operação comercial no país foi instalado em Fernando de Noronha, em 1992. Do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, virtuosamente a participação de fontes eólicas nos últimos anos tem ganhado espaço junto à matriz elétrica nacional.
>
> IPEA. Sustentabilidade ambiental no Brasil: biodiversidade, economia e bem-estar humano. Brasília: Ipea. **Comunicados Ipea**, fev. 2011, p. 1-7. Adaptado. DINIZ, T. Expansão da indústria de geração eólica no Brasil: uma análise à luz da nova economia das instituições. Brasília: Ipea. **Planejamento e políticas públicas**, n. 50, jan.-jun. 2018. p. 234. Adaptado.

A maior capacidade instalada para a geração de energia eólica do país está concentrada na seguinte região:

(A) Norte, com financiamento do BNDES
(B) Centro-Oeste, com supervisão da ANEEL
(C) Sul, com contratação de usinas em leilões
(D) Sudeste, com intervenção da Eletrobras
(E) Nordeste, com participação pública e privada

RASCUNHO

RASCUNHO

13

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PROVAS OBJETIVAS - TARDE
Cargo: Técnico de Planejamento e Pesquisa

Concurso Público – IPEA-2023
EDITAL Nº 01/2023 - IPEA
de 29 de novembro de 2023.

Perfil II - Planejamento e Gestão do Conhecimento e de Dados
Especialidade: PROCESSO EDITORIAL

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este **Caderno de Questões**, com o enunciado das 70 (setenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com valor de 1,0 ponto cada.

b) Cartão-Resposta destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão-Resposta**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **Cartão-Resposta**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

04 - O candidato deve ter muito cuidado com o **Cartão-Resposta**, para não o **dobrar**, **amassar** ou **manchar**. O **Cartão-Resposta SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.

05 - Logo após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **Caderno de Questões** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no **Cartão-Resposta**, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura óptica do **Cartão-Resposta** é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão**, mesmo que uma das respostas esteja correta.**

Exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.

08 - **Será eliminado** deste Concurso Público o candidato que

a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;

b) portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas eletrônicas e(ou) similares, gravadores, *pen drive*, mp3 *player* e(ou) similar, fones de ouvido, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, relógios de qualquer natureza, telefones celulares, microcomputadores portáteis e(ou) similares;

c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões** e(ou) o **Cartão-Resposta**;

d) se recusar a entregar o **Caderno de Questões** e/ou o **Cartão-Resposta**, quando terminar o tempo estabelecido;

e) não assinar a **lista de presença** e(ou) o **Cartão-Resposta**.

Obs. O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **duas horas** contadas a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO poderá levar o Caderno de Questões**, a qualquer momento.

09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão-Resposta**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões NÃO serão levados em conta**.

10 - **O tempo disponível para estas provas de questões objetivas é de 4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para marcação do seu **Cartão-Resposta**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **Cartão-Resposta**, o **Caderno de Questões** e **assinar a Lista de Presença**.

11 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, na página da **Fundação Cesgranrio** (**www.cesgranrio.org.br**).

FUNDAÇÃO cesgranrio

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1

O mercado do livro é composto por dois conjuntos de relações: primeiro, a relação entre o editor e os livreiros, muitas vezes entremeada por distribuidores e atacadistas, conformando-se diversas possibilidades comerciais; e, segundo, a relação dos varejistas com os consumidores finais, sejam pessoas ou bibliotecas. Nos últimos anos, percebe-se um aumento na autopublicação, o que altera as relações até então muito firmadas entre editor-livreiros--consumidores.

No que diz respeito à autopublicação, verifica-se que é o

(A) próprio autor o "ofertante do livro manufaturado" e é ele quem entra em contato com os livreiros, os distribuidores e o consumidor final.
(B) editor quem comanda o parecer sobre a obra, mas é o autor quem faz a produção editorial e a comercialização.
(C) livreiro quem dá a palavra final ao autor de como será a produção editorial da obra.
(D) diagramador da editora quem combina com o autor diretamente a publicação direta na plataforma *on-line* de venda, sendo também responsável por cadastrar os metadados no *marketplace*.
(E) autor quem comercializa a obra, mas fica na dependência de um editor, que deve fazer o primeiro contato com o livreiro.

2

Ao diagramar um livro que será impresso, é fundamental que o diagramador planeje o tamanho das margens que compõem as páginas do livro para evitar que, no corte de máquina, haja problemas com corte de palavras ou mesmo dificuldade de leitura do texto que fica próximo à lombada. Relacione os tipos de margens existentes em um livro com suas respectivas características, apresentadas a seguir.

I - Margem interna
II - Margem do corte
III - Margem do pé

P - Espaço lateral correspondente à abertura do volume na parte oposta à lombada.
Q - Margem de uma página adjacente ao festo de um livro; é a margem esquerda do reto e a margem direita do verso de um livro que se lê da esquerda para a direita.
R - Espaço em branco que fica colocado na parte inferior da folha impressa.
S - Espaço destinado à parte superior da folha impressa que geralmente é maior que as demais margens.

As associações corretas são:

(A) I – Q ; II – P ; III – R
(B) I – Q ; II – R ; III – P
(C) I – R ; II – P ; III – Q
(D) I – R ; II – S ; III – Q
(E) I – S ; II – P ; III – R

3

Em uma editora, o conceito de original se refere ao(à)

(A) exemplar impresso destinado à reserva técnica da editora como forma de ter o original da obra assegurado em caso de esgotamento da tiragem.
(B) texto traduzido que já foi editorado, revisado e impresso.
(C) texto escrito pelo autor, em sua primeira forma, que há de servir de modelo para a sua reprodução.
(D) primeiro exemplar impresso que será o original diante dos demais exemplares impressos pela gráfica, sendo tal exemplar guardado na gráfica como segurança.
(E) primeira tiragem de uma obra.

4

Com a revolução eletrônica, as possibilidades de participação do leitor bem como os riscos de interpolação aumentam as questões relativas às ideias de texto e de autor. Sobre a questão do plágio, este pode acontecer desde citações sem a menção do autor original até a apropriação de conceitos desenvolvidos por outras pessoas e apresentadas como inéditas ou próprias.

Nesse sentido, na relação contratual entre editor e autor, o direito autoral

(A) garante que o autor receba 20% em cima de qualquer reprodução de sua ideia sem a sua menção de autoria.
(B) garante ao autor total proteção com relação a qualquer cópia da ideia, do enredo, da narrativa de sua obra.
(C) protege a obra integral do autor apenas se a cópia for reproduzida na internet.
(D) não protege o autor de qualquer reprodução de sua obra por outrem.
(E) não protege a ideia em si, mas sim o enredo, a narrativa, o conjunto da obra expressa a partir da criação.

5

Dedicatórias nasceram como uma forma de agradecimento.

Sendo assim, a dedicatória é o(a)

(A) texto que presta homenagem a alguém e é colocado pelo editor logo na página 2 da obra, após o falso rosto.
(B) texto de homenagem e agradecimento feito pelo autor a alguém, geralmente entrando na página de créditos da obra.
(C) texto até hoje de agradecimento em que o autor separa logo as duas primeiras páginas do livro para listar os nomes de todos aqueles que o ajudaram e o incentivaram com a obra.
(D) menção em que o autor presta homenagem ou dedica a obra a alguém, sendo colocada em página distinta, geralmente em alguma página após a folha de rosto.
(E) menção que o autor faz em homenagem a alguém, que é colocada ao final do texto, fechando a obra.

6

O Manual do Editorial do Ipea (2011) observa que a folha de rosto corresponde à "reprodução, em preto e branco, dos elementos textuais e gráficos da capa" e pode conter informações adicionais como mês e ano da edição.

Quais são os principais elementos da folha de rosto?

(A) título, subtítulo, autoria, indicação da editora que publica a obra.
(B) título, colofão, autoria, número de ISBN.
(C) autoria, indicação da editora, colofão.
(D) autoria, orelha, quarta-capa.
(E) orelha e cidade de publicação da obra.

7

O acabamento em projetos editoriais é essencial para ditar o tipo de leitura e de manuseio dos livros. Nessa etapa, a encadernação é um processo que vem após a impressão em gráficas.

Um dos tipos de encadernação é a brochura, que é

(A) conhecida pelos furos redondos feitos por uma máquina específica — furos estes que acontecem desde a capa, que pode ser dura ou flexível, até as folhas internas, sendo, após isso, inserida nos furos uma espiral, geralmente feita de plástico para garantir a união das folhas.
(B) uma encadernação na qual o miolo do livro é recoberto com uma capa flexível colada na lombada.
(C) usada, geralmente, em revistas e livretos, na qual a capa e o miolo são grampeados, sendo, por isso, não indicada para materiais com um volume grande de páginas, nem para papéis de alta gramatura.
(D) uma técnica aperfeiçoada da encadernação tradicional em espiral, em que esta é realizada com arames metálicos duplos, mais robustos, nos quais os furos são quadrados.
(E) técnica não indicada para projetos editoriais com mais de 30 páginas, pois é feita com capa flexível e frágil colada na lombada.

8

Ao realizar uma revisão gráfica, o revisor com as páginas impressas usa sinais convencionais universais que são escritos nas margens. Relacione os sinais convencionados com seus respectivos significados, apresentados a seguir.

I - ⓞk
II - /—/
III - ⓒb
IV - #

P - Colocar espaço
Q - Caixa-baixa
R - Barra de atenção
S - Correção indevida
T - Suprimir espaço

As associações corretas são:

(A) I – P ; II – R ; III – Q ; IV - T
(B) I – S ; II – R ; III – Q ; IV - P
(C) I – S ; II – T ; III – Q ; IV - P
(D) I – S ; II – T ; III – P ; IV - Q
(E) I – T ; II – R ; III – Q ; IV - P

9

Na preparação de texto, também chamada de copidesque, o revisor faz uma leitura que busca não só falhas ortográfico-gramaticais como também

(A) problemas de coesão, verifica a clareza textual podendo sugerir reescrituras, verifica se há a fluidez textual e se há saltos de tradução (em caso de textos traduzidos), realiza a padronização de texto, sugere os grifos textuais.
(B) checa os problemas textuais menores e se preocupa em numerar as páginas do sumário de acordo com a proposta da organização do miolo já diagramado.
(C) confere aspectos gráficos da obra, percebendo se o diagramador usou a padronização de negritos, itálicos, redondos de forma correta.
(D) verifica a existência de viúvas, órfãs, conferindo translineação, cabeçalhos, rodapés, numerações e peso dos títulos.
(E) avalia a obra de acordo com a linha editorial da editora e faz o parecer sobre a possível publicação ou não da obra.

10

Na página de créditos da obra, é comum aparecer o símbolo ©, que representa o *copyright*, palavra de língua inglesa, de uso internacional.

Esse símbolo é indicativo da propriedade

(A) exclusiva apenas do autor sobre a obra, permitindo que este a reproduza e a distribua onde e quando desejar.
(B) exclusiva apenas da editora sobre a obra, podendo a reproduzir em outros formatos, como o meio eletrônico, através de *e-book*, por exemplo.
(C) literária ou direito autoral, acompanhando o nome do beneficiário e o ano da primeira publicação para efeitos legais.
(D) intelectual de uma obra científica, sendo obrigatório que o símbolo acompanhe sempre e imprescindivelmente o nome do editor.
(E) de publicação de uma obra apenas científica, acompanhando somente o nome do autor.

11

Após o arquivo da obra ser diagramado, é comum o editor passar esse arquivo por mais uma etapa de revisão, que pode ser feita por um profissional de revisão ou mesmo pelo autor, com a finalidade de corrigir possíveis erros de impressão, linhas fora do lugar, salto de palavras, ou mesmo erros que tenham escapado de outras revisões de texto.

Esse processo é a revisão de

(A) capa
(B) provas
(C) originais
(D) lombada
(E) tabelas

12
É comum quando há mais de uma citação do mesmo documento ou livro o uso de uma abreviatura de locução latina que, em português, significa “obra citada”. Essa expressão é usada para evitar a repetição no todo, e quando o autor vai se reportar a um documento já citado, mas há outro intercalado.

Qual a abreviatura da expressão em latim?

(A) Apud
(B) Et seq.
(C) Ibid
(D) Op. cit.
(E) Passim

13
O projeto gráfico de capa de uma publicação impressa não especifica

(A) o tipo e a gramatura do papel da capa
(B) o número de páginas da publicação
(C) as marcas das dobras e dos cortes
(D) as dimensões da publicação
(E) a espessura da lombada

14
O *e-book* só pode ser acessado por meio de um *software* ou aplicativo para leitura, chamado *reader*. Para ler, em computadores *desktop* ou *notebooks*, *e-books* no formato EPUB, o leitor deve acessar *softwares* como

(A) o iBooks, o ePUB Reader ou o Readium
(B) o Bluefire Reader, o Acrobat Reader ou o iBooks
(C) o Google Play Livros ou o Acrobat Reader
(D) o Google Play Livros ou o iBooks
(E) o Google Play Livros, exclusivamente

15
No mercado editorial, “lançamentos de oportunidade” são livros

(A) de não ficção.
(B) de atualidades.
(C) de celebridades.
(D) de autores consagrados.
(E) lançados com muita rapidez e que se desviam dos ciclos normais de lançamento.

16
O processo editorial da publicação de um livro começa com o autor da obra, que encaminha ao editor seus originais.

Da preparação dos originais ao fechamento dos arquivos, qual é o fluxograma da edição do texto?

(A) Copidesque e *design*
(B) Revisões e diagramação
(C) Copidesque, diagramação e emendas
(D) Copidesque, revisão, *design*, artefinalização e impressão
(E) Copidesque, diagramação, revisão de provas e artefinalização

17
Desde que começaram a atuar no mercado editorial, no final do século XIX, em Londres e Nova York, o número de agentes literários cresceu paulatinamente, e suas funções adquiriram contornos mais claros.

O agente literário é um

(A) mediador entre autores e editoras, defendendo os interesses de seus autores.
(B) representante dos interesses das editoras em relação ao autor literário.
(C) vendedor a serviço do mercado varejista de livrarias.
(D) corretor e cobra comissão sobre negociações.
(E) advogado do autor junto a editoras.

18
O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou, em dezembro de 2022, estudo detalhado sobre a economia brasileira, projetando crescimento de 3,1% do produto interno bruto (PIB) no ano. De acordo com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), em 2022 os brasileiros compraram 58,6 milhões de livros, 1,7 milhão a mais do que no ano anterior (+2,98%). Já em 2023, no primeiro trimestre as vendas subiram 4,2% em relação ao primeiro trimestre de 2022. Ainda segundo a pesquisa do SNEL, o crescimento foi impulsionado pelas vendas digitais, que cresceram 8,1% no mesmo período. Assim, percebe-se que uma nova geração de “nativos digitais” está crescendo com iPads, computadores, telefones móveis e *e-books*.

Com relação aos livros digitais, verifica-se que eles

(A) ainda possuem custo demasiado alto de produção.
(B) não dependem dos dispositivos de leitura.
(C) oferecem o conteúdo puro sem a materialidade do livro.
(D) são portáteis, ao contrário dos livros impressos.
(E) são gratuitos ao leitor.

19
Na publicação de um livro impresso em processo *offset*, a fase de produção gráfica compreende

(A) impressão, apenas
(B) diagramação e artefinalização
(C) gravação de chapas, impressão e acabamento
(D) *layout* de capa, diagramação do miolo e impressão
(E) *layout* de capa, artefinalização e gravação de chapas

20
Um livro impresso em cores é uma publicação

(A) 1/1
(B) 4/4
(C) projetada com cores especiais Pantone
(D) formatada dentro do padrão de cores RGB
(E) definida por uma quantidade e um padrão de cores

21

A referência que atende às normas técnicas da ABNT é:

(A) AMSDEN, A.; CHU, W.-W. *Beyond late development*: Taiwan's upgrading policies. MIT Press, 2003: Cambridge.

(B) FREEMAN, C. **Technology policy and economic performance**: lessons from Japan. New York: Frances Printer Publisher, 1987.

(C) GIL, I; KHARAS, H. (Eds.). **An East Asian renaissance: ideas for economic growth**. Washington: IBRD; The World Bank, 2007.

(D) HERRIGEL, G. *The process of chinese manufacturing upgrading transitioning from unilateral to recursive mutual learning relations*. **Global Studies Journal**, volume 3, n. 1, p. 109-25, 2013.

(E) KIM, L. *Da Imitação à inovação: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coreia*. Editora da Unicamp: Campinas, 2005.

22

Ao inserir ilustrações dentro de um documento, como desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas e organogramas, a seguinte recomendação deve ser observada:

(A) a identificação da ilustração deve ser colocada abaixo da imagem, precedida da palavra designativa (figura, gráfico, quadro, etc.) e numerada sequencialmente com algarismo arábico, seguida de dois pontos e respectivo título.

(B) a identificação da ilustração deve ser colocada acima da imagem, precedida da palavra designativa (figura, gráfico, quadro, etc.) e numerada sequencialmente com algarismo arábico, seguida de travessão e respectivo título.

(C) as ilustrações que contêm mais de uma imagem devem apresentar identificação de cada uma com letras maiúsculas no canto superior direito de cada imagem.

(D) as palavras utilizadas nas figuras não precisam ser idênticas às utilizadas no texto quanto à capitalização, itálico e símbolos.

(E) as palavras "figura", "tabela", "gráfico" e "quadro" devem aparecer no texto em caixa-baixa, para fazer referência à ilustração que será apresentada a seguir.

RASCUNHO

Texto I

1 A desigualdade de condições de mobilidade espacial entre os candidatos dos cursos superiores — de acordo com sua renda ou devido à própria distribuição seletiva dos serviços educacionais no território, cuja presença é escassa nas regiões mais pobres (Santos e Silveira, 2000, p. 34-35) —, entra diretamente em conflito com o pressuposto mais fundamental da educação, este direito de todos e dever do Estado: a igualdade de condições para o acesso e a permanência, conforme o art. 206 da Constituição Federal de 1988 — CF/1988 (Brasil, 1988). Assim,

> segundo seus determinantes econômicos, políticos, culturais, as pessoas se movem no território em busca daquela oferta educativa ausente no seu lugar de origem. Como esse deslocamento significa um custo, ele implica, também, uma seletividade socioterritorial do processo educativo (Santos e Silveira, 2000, p. 61).

TERAMATSU, G.; STRAFORINI, R. Capítulo 3 – do ENEM ao SISU: Cartografia da interiorização do acesso à educação superior no Brasil. *In*: **Universidade e território**: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI. Brasília, DF: Ipea, 2022. Adaptado. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/214076_lv_ut_miolo_cap03.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023. [Outras passagens dessa publicação serão utilizadas na formulação de algumas questões desta prova].

23

Quanto à sua adequação, a citação, no Texto I, está

(A) indevidamente inserida porque uma citação direta, com mais de 3 linhas, deve ser exibida, a partir da linha seguinte, com recuo de 4 cm na margem esquerda, com corpo menor (fonte 10 em vez de fonte 12 do restante do documento), em espaço simples e com aspas.

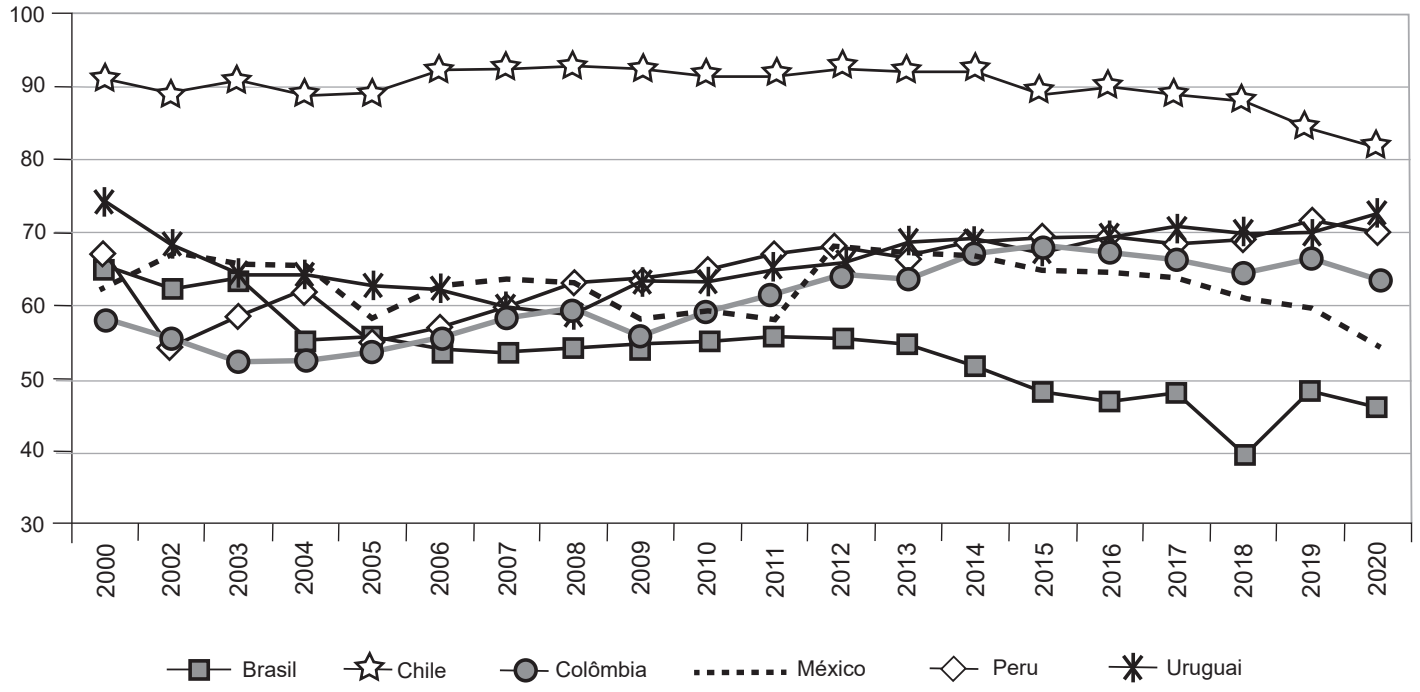
(B) indevidamente inserida porque uma citação direta, com mais de 3 linhas, deve ser exibida no corpo do texto, com fonte menor, em espaço simples, com aspas e seguida de nome do autor, data e página.

(C) corretamente inserida porque uma citação direta, com mais de 3 linhas, deve ser exibida, a partir da linha seguinte, com recuo de 4 cm na margem esquerda, com corpo menor (fonte 10 em vez de fonte 12 do restante do documento), em espaço 1,5 e sem aspas, seguida de nome do autor, data e página.

(D) corretamente inserida porque uma citação direta, com mais de 3 linhas, deve ser exibida, a partir da linha seguinte, sem recuo, com corpo menor (fonte 10), em espaço simples e sem aspas.

(E) corretamente inserida porque uma citação direta, com mais de 3 linhas, deve ser exibida, a partir da linha seguinte, com recuo de 4 cm na margem esquerda, um corpo menor (fonte 10 em vez de fonte 12 do restante do documento), em espaço simples e sem aspas, seguida de nome do autor, data e página.

24



Fonte: WGI (2020). Disponível em: <https://bit.ly/3NsOYip>.

ROCHA, K. **Risco regulatório e estimativa do impacto financeiro potencial do PDL nº 94/2022 nos investimentos em infraestrutura**. Nota técnica n. 99. Brasília, DF: Ipea, 2022. p. 7. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/220805_218772_nt_diset_n99_web.pdf (ipea.gov.br). Acesso em: 28 nov. 2023. Adaptado.

O gráfico apresentado sobre a evolução do indicador "qualidade regulatória percentil rank", revela que o indicador

(A) brasileiro se distanciou dos demais pares emergentes de renda média superior, apresentando tendência negativa, notadamente a partir de 2012/2013 em diante.
(B) chileno, na parte superior do gráfico, sofreu uma queda significativa entre 2012 e 2018, distanciando-se dos demais.
(C) colombiano aparece no gráfico, em todos os anos, com indicadores inferiores aos dos demais países.
(D) mexicano apresentou tendência de alta nos anos 2019 e 2020.
(E) peruano apresentou oscilações de queda desde os anos 2000.

Texto II (este texto sofreu algumas alterações de ordem gramatical)

1 Tratar do acesso ao ensino superior pressupõe compreender seus mecanismos de seleção e a relação entre a mobilidade e acessibilidade dos candidatos. Nesse sentido, a mobilidade espacial (ou geográfica) varia em função da combinação de condições intrínsecas — essencialmente a condição econômica de cada indivíduo — e extrínsecas — variáveis externas relacionadas a cada fração do espaço, indicando a acessibilidade de cada lugar. Da relação entre sua mobilidade e a acessibilidade do subespaço em que vive, um indivíduo pode ter sua capacidade de criar interações espaciais ampliadas ou reduzidas.

2 A desigualdade de condições de mobilidade espacial entre os candidatos dos cursos superiores entra diretamente em conflito com o pressuposto mais fundamental da educação, este direito de todos e dever do Estado: a igualdade de condições para o acesso e a permanência, conforme o art. 206 da Constituição Federal de 1988 – CF/1988 (Brasil, 1988).

TERAMATSU, G.; STRAFORINI, R. Capítulo 3 – do ENEM ao SISU: Cartografia da interiorização do acesso à educação superior no Brasil. *In*: **Universidade e território**: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI. Brasília, DF: Ipea, 2022. Adaptado. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/214076_lv_ut_miolo_cap03.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023. Adaptado.

25

O trecho do Texto II que apresenta uma concordância em **DESACORDO** com a norma-padrão da língua portuguesa que compromete a coerência textual é:

(A) "Tratar do acesso ao ensino superior pressupõe compreender seus mecanismos de seleção e a relação entre a mobilidade e acessibilidade dos candidatos."
(B) "a mobilidade espacial (ou geográfica) varia em função da combinação de condições intrínsecas — essencialmente a condição econômica de cada indivíduo — e extrínsecas"
(C) "extrínsecas — variáveis externas relacionadas a cada fração do espaço que indicam a acessibilidade de cada lugar."
(D) "Da relação entre sua mobilidade e a acessibilidade do subespaço em que vive, um indivíduo pode ter sua capacidade de criar interações espaciais ampliadas ou reduzidas."
(E) A desigualdade de condições de mobilidade espacial entre os candidatos dos cursos superiores entra diretamente em conflito com o pressuposto mais fundamental da educação.

26

O período no qual o emprego da expressão em destaque está em **DESACORDO** com a norma-padrão da língua portuguesa é:

(A) A desigualdade se dá de acordo com sua renda ou devido à própria distribuição seletiva dos serviços educacionais no território, **cuja** presença é escassa nas regiões mais pobres.
(B) Por isso, a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território **onde** se está.
(C) Duas décadas mais tarde, o atual quadro é bem distinto, a partir de um projeto político muito explícito **onde** o governo federal cria condições ampliadas para o desenvolvimento local e regional.
(D) O ensino particular se instala, em geral, em regiões **em que** a demanda já existe, mas não é suficientemente atendida pela educação pública e gratuita.
(E) Existem variáveis externas **que** indicam a acessibilidade de cada lugar.

RASCUNHO

27

A passagem textual em que se apresenta adequadamente, entre colchetes, o referente do termo destacado é:

(A) Universidades são, por excelência, instituições multiescalares, ou seja, têm a capacidade de articular, a um mesmo tempo, elementos das escalas nacional e internacional, sem que isso, porém, tenha efeitos espontâneos e automáticos para **seu** entorno imediato local e regional — daí a conhecida metáfora da "torre de marfim". [elementos das escalas nacional e internacional]
(B) O autor se refere à interiorização da universidade multicampi, mas também podemos questionar se a natureza jurídica da organização administrativa possui alguma influência nas externalidades potenciais da IES. De fato, o processo de interiorização da educação superior no Brasil, para **o qual** concorrem políticas públicas e, principalmente, interesses privados, é complexo, e esta é uma questão por desvendar. [processo de interiorização da educação superior no Brasil]
(C) Concomitantemente à implantação das mencionadas políticas públicas que orientaram o crescimento interiorizado da educação superior, e mesmo anteriormente, é possível localizar um processo de interiorização do Enem, **este** instituído pelo governo federal em 1998. [processo de interiorização do Enem].
(D) Como ponto de partida, compreendemos o acesso à educação superior como um problema geográfico e que, do ponto de vista do método, a relação entre território e educação pode ser operacionalizada pela categoria formação socioespacial (Santos, 1977). **Isso** nos permite compreender que a educação superior é uma variável espacial que, em cada período, participa da divisão territorial do trabalho. [acesso à educação superior]
(E) De todo modo, qualquer análise, sem superestimar o papel individual das IES no processo de desenvolvimento regional, deve considerar a indissociabilidade entre o público e o privado na educação superior brasileira — traço muito evidente quando se considera a estratégia de seleção massificada para a universidade pública por meio do Enem, **que** também tem sido aproveitada para a concessão de bolsas de estudos e financiamento em instituições particulares. [Enem]

RASCUNHO

Continua

28

A passagem textual em que o emprego da expressão em destaque está em **DESACORDO** com a norma-padrão é:

(A) A primeira frente, sobre equilíbrio macroeconômico, é condição básica para crescimento econômico e social de toda economia, afetando principalmente o usuário final, **que**, em última instância, financia a infraestrutura via tarifas indexadas à inflação.

(B) Esse panorama ilustra o senso de urgência do Brasil, **o qual** precisa aprimorar a eficiência do investimento público e, ao mesmo tempo, mobilizar o capital privado em escala e ritmo, tendo, portanto, de gerar as condições necessárias para incentivar substancialmente o investimento privado em infraestrutura.

(C) O modelo revelou que, após a crise global de 2008, houve uma quebra estrutural, **cujo** o arcabouço regulatório do país emergente em questão adquiriu maior importância para alocação do capital privado em infraestrutura.

(D) O risco institucional mensura o risco regulatório a partir de um enfoque institucional. Trabalhos empíricos recentes avaliam o papel de variáveis institucionais no risco ou no retorno esperado das empresas, levando-se em conta as características do ambiente institucional **no qual** elas operam, além de aspectos específicos da empresa ou do mercado.

(E) Os resultados, em sua grande maioria, corroboram a teoria institucional, **na qual** o papel das instituições é primordial para uma maior participação do setor privado, pois reduz as imperfeições de informação e os custos de transação, bem como maximiza incentivos econômicos.

29

A passagem textual que apresenta um desvio de coerência devido ao emprego inadequado do conector em destaque é:

(A) Diversos indicadores que avaliam o arcabouço regulatório, em nível de país ou em nível de agências regulatórias estão atualmente disponíveis publicamente e oferecem boa cobertura temporal e entre países e agências. **Entretanto**, o indicador de qualidade regulatória, também ali disponível, proposto por Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2010) e disponibilizado pelo Banco Mundial, é extensamente utilizado na literatura e compila dados anuais de cerca de duzentos países desde 2002.

(B) Diversos estudos empíricos têm conseguido êxito em demonstrar a influência de características institucionais e regulatórias na participação privada de investimentos em infraestrutura nas economias emergentes. Os resultados, em sua grande maioria, corroboram a teoria institucional, na qual o papel das instituições é primordial para uma maior participação do setor privado, **pois** reduz as imperfeições de informação, maximiza incentivos econômicos e reduz os custos de transação.

(C) O modelo revelou que, após a crise global de 2008, houve uma quebra estrutural, na qual o arcabouço regulatório do país emergente em questão adquiriu maior importância **para** alocação do capital privado em infraestrutura.

(D) Apontou, ainda, o efeito da consistência regulatória; ou seja, não apenas o arcabouço regulatório corrente do país, **mas** também sua trajetória passada (média móvel do indicador) direcionam a alocação do capital privado, indicando uma espécie de “memória regulatória” ou “reputação” dos agentes para alocação de seu capital.

(E) Numa economia que investiu menos de 2% PIB ano em infraestrutura econômica na última década (somando-se aqui público e privado), tal valor representa uma queda de 30% nos investimentos privados, valor de suma importância **quando** se necessita de montantes da ordem de 4 – 5% PIB ano para um crescimento sustentável.

RASCUNHO

Texto III

1 A infraestrutura inadequada, seja em termos de estoque ou qualidade, é atualmente uma das principais barreiras ao crescimento e ao desenvolvimento econômico brasileiro. No Brasil, investimentos públicos e privados em infraestrutura econômica corresponderam, respectivamente, a 0.75% e 1.1% do PIB a.a. em média na última década, perfazendo um total de menos de 2% do PIB a.a. na média. Tal volume situa-se bem abaixo da meta, estimada entre 4% e 5% do PIB a.a., para um crescimento sustentável, o que enseja uma lacuna de no mínimo 2% do PIB ao ano.

2 Esse panorama ilustra o senso de urgência do Brasil, que precisa aprimorar a eficiência do investimento público e, ao mesmo tempo, mobilizar o capital privado em escala e ritmo, tendo, portanto, de gerar as condições necessárias para incentivar substancialmente o investimento privado em infraestrutura. Dada a limitação fiscal do Estado Brasileiro, a participação dos investidores privados aparece como uma importante fonte de recursos de longo prazo para o setor de infraestrutura nas próximas décadas. O desafio requer ação simultânea em várias frentes, seja no equilíbrio macroeconômico, no arcabouço regulatório, no planejamento institucional e nas políticas de financiamento.

3 A primeira frente sobre equilíbrio macroeconômico é condição básica para crescimento econômico e social de toda economia, afetando principalmente o usuário final, que, em última instância, financia a infraestrutura via tarifas indexadas à inflação. A segunda frente sobre arcabouço regulatório abrange o fortalecimento constante das agências reguladoras, estabilidade regulatória com segurança jurídica, transparência nos reequilíbrios econômicos e financeiros dos contratos. A terceira frente sobre aprimoramentos no planejamento institucional reforça o papel das parcerias público-privadas no plano nacional de infraestrutura e desenvolvimento estratégico nacional de longo prazo, incentivando maior integração dos projetos com as prioridades de investimento do governo, reforçando os mecanismos de responsabilização das instituições e dos gestores públicos. Finalmente, a quarta frente relaciona-se a estruturas de financiamentos dos projetos, e abrange melhorias quanto à repactuação de contratos de concessão, visando sua transferência de controle e continuidade na prestação dos serviços públicos (*step in right/step in technical*), mecanismos para desenvolvimento e ampliação da base de investidores, do mercado de debêntures de infraestrutura, incluindo questões sobre emissões internacionais e estímulos fiscais para investidores institucionais.

ROCHA, K. **Risco regulatório e estimativa do impacto financeiro potencial do PDL nº 94/2022 nos investimentos em infraestrutura**. Nota técnica n. 99. Brasília, DF: Ipea, 2022. p. 5. Adaptado. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11207/3/NT_Risco_Regulatorio_Publicacao_Preliminar.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023. [Outras passagens dessa publicação serão utilizadas na formulação de algumas questões desta prova].

30

A passagem que expressa plenamente a tese defendida no Texto III é:

(A) “A infraestrutura inadequada, seja em termos de estoque ou qualidade, é atualmente uma das principais barreiras ao crescimento e ao desenvolvimento econômico brasileiro.” (parágrafo 1)

(B) “No Brasil, investimentos públicos e privados em infraestrutura econômica corresponderam, respectivamente, a 0.75% e 1.1% do PIB a.a. em média na última década, perfazendo um total de menos de 2% do PIB a.a. na média.” (parágrafo 1)

(C) “Tal volume situa-se bem abaixo da meta, estimada entre 4% e 5% do PIB a.a., para um crescimento sustentável, o que enseja uma lacuna de no mínimo 2% do PIB ao ano.” (parágrafo 1)

(D) “Esse panorama ilustra o senso de urgência do Brasil, que precisa aprimorar a eficiência do investimento público e, ao mesmo tempo, mobilizar o capital privado em escala e ritmo, tendo, portanto, de gerar as condições necessárias para incentivar substancialmente o investimento privado em infraestrutura.” (parágrafo 2)

(E) “A terceira frente sobre aprimoramentos no planejamento institucional reforça o papel das parcerias público-privadas no plano nacional de infraestrutura e desenvolvimento estratégico nacional de longo prazo, incentivando maior integração dos projetos com as prioridades de investimento do governo, reforçando os mecanismos de responsabilização das instituições e dos gestores públicos.” (parágrafo 3)

31

O fragmento que resume as propostas de solução apresentadas no Texto III é:

(A) “a participação dos investidores privados aparece como uma importante fonte de recursos de longo prazo para o setor de infraestrutura nas próximas décadas.” (parágrafo 2)

(B) “O desafio requer ação simultânea em várias frentes, seja no equilíbrio macroeconômico, no arcabouço regulatório, no planejamento institucional e nas políticas de financiamento.” (parágrafo 2)

(C) “equilíbrio macroeconômico é condição básica para crescimento econômico e social de toda economia, afetando principalmente o usuário final, que, em última instância, financia a infraestrutura via tarifas indexadas à inflação.” (parágrafo 3)

(D) “o fortalecimento constante das agências reguladoras, estabilidade regulatória com segurança jurídica, transparência nos reequilíbrios econômicos e financeiros dos contratos.” (parágrafo 3)

(E) “o papel das parcerias público-privadas no plano nacional de infraestrutura e desenvolvimento estratégico nacional de longo prazo, incentivando maior integração dos projetos com as prioridades de investimento do governo, reforçando os mecanismos de responsabilização das instituições e dos gestores públicos.” (parágrafo 3)

32

O período que atende plenamente às exigências das regras de pontuação na norma-padrão da língua portuguesa é:

(A) Diversos trabalhos examinam, como tais intervenções causaram um aumento significativo e persistente da volatilidade dos preços das ações, com efeitos de contágio inclusive, para outros setores regulados.

(B) Alguns autores argumentam que as empresas que operam em mercados não regulados são mais arriscadas porque se encontram diante de fluxos de caixa mais incertos e voláteis; enquanto outros, acreditam que incertezas relacionadas ao processo regulatório e aos parâmetros de revisões tarifárias podem resultar em maiores riscos para as empresas do que no ambiente competitivo.

(C) Trabalhos empíricos recentes, avaliam o papel de variáveis institucionais no risco ou no retorno esperado das empresas, levando-se em conta as características do ambiente institucional no qual elas operam, além de aspectos específicos da empresa ou do mercado.

(D) Risco regulatório é um conceito que engloba várias dimensões: risco da regulação, risco do regime regulatório, risco institucional e de intervenções políticas, como detalhado em Bragança (2015).

(E) Trabalhos pioneiros corroboram a premissa de que regimes regulatórios fundamentados fortemente em incentivos, como o regime de tetos tarifários (*price cap*) são mais arriscados para as firmas do que regimes como o de garantia de retorno.

33

A concordância do verbo destacado está adequada à norma-padrão da língua portuguesa em:

(A) O desenvolvimento do plantio direto também foi uma inovação importante. Foi mediante a utilização desta prática que se **produziu** duas safras em um único ano, aumentando de forma significativa a produtividade na atividade agrícola.

(B) No Brasil, **implantou**-se empresas de pesquisa para a oferta de inovações tecnológicas para a agricultura, lideradas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola (Embrapa).

(C) Atualmente, **incorporou**-se às estratégias de aumento da produção agrícola o compromisso de conservação ambiental.

(D) **Diminuiu**-se com os sistemas de produção em integração que surgem como uma alternativa para a produção sem comprometimento da área utilizada as exigências de necessidade de incorporação de novas áreas.

(E) Com a adoção de sistemas em integração sob SPD em solos arenosos, **reincorpora**-se milhões de hectares ao sistema produtivo de grãos, proteína animal, madeira, biomassa, energia, dentre outros.

Texto IV (este texto sofreu algumas alterações de ordem gramatical)

1 Em outubro de 2019, o Ipea enviou ao MJSP uma proposta metodológica. Após selecionarmos os 120 municípios com os maiores totais de homicídio a partir dos dados de 2017 do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (SIM/ Datasus), recomendamos ordená-lo com base em apenas dois indicadores: número e taxa de homicídio estimada.

2 Para cada indicador, atribuímos uma nota (um número inteiro entre 1 e 10) para cada município, onde se refere à posição do município em relação aos decis da distribuição do indicador entre os 120 municípios. Por exemplo, se o valor da taxa de homicídios dos municípios estiverem entre as doze menores (ou seja, não superior ao primeiro decil), esse município receberá nota igual a 1 (N_{taxa} = 1) e, se estiverem entre o primeiro e segundo decis, N_{taxa} = 2. Em seguida, sugerimos uma função multiplicativa para agregarem as notas referentes aos dois indicadores, a fim de produzirem uma nota geral para o município (NG).

COELHO, D. S. C.; CUNHA, A. S.; ALVES, H. A.; GUEDES, E. P. **Metodologia para a seleção dos municípios participantes do programa nacional de enfrentamento de homicídios e roubos**. Nota Técnica n. 55. Brasília, DF: Ipea, 2021. p. 5. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/220627_nt_diest_n55.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023. Adaptado.

34

Sobre o uso, no Texto IV, do pronome **lo** em **ordená-lo** e sua adequação à norma-padrão da língua portuguesa, observa-se que seu emprego no texto está

(A) inadequado, uma vez que se refere a “120 municípios”.

(B) inadequado, uma vez que se refere a “totais de homicídio”.

(C) inadequado, uma vez que se refere a “proposta metodológica”.

(D) adequado, uma vez que se refere a “indicador”.

(E) adequado, uma vez que se refere a “Sistema de Informações sobre Mortalidade”.

35

Para que o Texto IV esteja de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, em relação à concordância verbal, torna-se necessário reescrever seus últimos períodos da seguinte maneira:

(A) Por exemplo, se o valor da taxa de homicídios dos municípios estiver entre as doze menores (ou seja, não superior ao primeiro decil), esse município receberá nota igual a 1 (N_{taxa} = 1) e, se estiver entre o primeiro e segundo decis, N_{taxa} = 2. Em seguida, sugerimos uma função multiplicativa para agregarem as notas referentes aos dois indicadores, a fim de produzir uma nota geral para o município (NG).

(B) Por exemplo, se o valor da taxa de homicídios dos municípios estiver entre as doze menores (ou seja, não superior ao primeiro decil), esse município receberá nota igual a 1 (N_{taxa} = 1) e, se estiver entre o primeiro e segundo decis, N_{taxa} = 2. Em seguida, sugerimos uma função multiplicativa para agregar as notas referentes aos dois indicadores, a fim de produzir uma nota geral para o município (NG).

(C) Por exemplo, se o valor da taxa de homicídios dos municípios estiverem entre as doze menores (ou seja, não superior ao primeiro decil), esse município receberá nota igual a 1 (N_{taxa} = 1) e, se estiverem entre o primeiro e segundo decis, N_{taxa} = 2. Em seguida, sugerimos uma função multiplicativa para agregarem as notas referentes aos dois indicadores, a fim de produzir uma nota geral para o município (NG).

(D) Por exemplo, se o valor da taxa de homicídios dos municípios estiverem entre as doze menores (ou seja, não superior ao primeiro decil), esse município receberá nota igual a 1 (N_{taxa} = 1) e, se estiver entre o primeiro e segundo decis, N_{taxa} = 2. Em seguida, sugerimos uma função multiplicativa para agregarem as notas referentes aos dois indicadores, a fim de produzir uma nota geral para o município (NG).

(E) Por exemplo, se o valor da taxa de homicídios dos municípios estiver entre as doze menores (ou seja, não superior ao primeiro decil), esse município receberá nota igual a 1 (N_{taxa} = 1) e, se estiverem entre o primeiro e segundo decis, N_{taxa} = 2. Em seguida, sugerimos uma função multiplicativa para agregar as notas referentes aos dois indicadores, a fim de produzirem uma nota geral para o município (NG).

Texto V

1 Os resultados da Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec) para o triênio de 2014 a 2017 foram divulgados recentemente. Realizada desde 2000, ela vem consistentemente ampliando seu alcance, o que permite investigar tendências setoriais específicas sobre a capacidade inovativa e tecnológica das empresas brasileiras.

2 Alguns dos setores econômicos que estão no foco do debate público atual são os setores de medicamentos e de equipamentos e insumos médico-hospitalares. Por um lado, a descoberta de uma vacina ou um remédio que cure a Covid-19 é tida como a solução definitiva para o problema — num cenário de longo prazo; por outro lado, a disponibilização tempestiva de respiradores mecânicos, máscaras, luvas e leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) é imprescindível para que o Sistema Único de Saúde (SUS) consiga suportar a pressão nesses estágios agudos da crise — num cenário de curto prazo.

3 Diante disso, o objetivo desta nota técnica é realizar uma descrição analítica da intensidade tecnológica e de inovação dos segmentos industriais do chamado complexo industrial da saúde, à luz dos dados da Pintec e em comparação com alguns países selecionados. Vale advertir que as informações captadas na pesquisa não permitem responder a perguntas específicas sobre determinados produtos, como algum tipo de medicamento, algum tipo de insumo hospitalar ou algum tipo de equipamento médico. O que os dados sobre os quais nos debruçamos permitem é analisar a evolução e o nível do esforço inovador e tecnológico do complexo industrial da saúde brasileiro.

LEÃO, R.; GIESTEIRA, L. F. **O complexo industrial da saúde na Pintec 2017**. Nota Técnica n. 62. Brasília, DF: Ipea, 2020. p. 7. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200514_nt_diset_n62_web.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.

36

As informações do segundo parágrafo do Texto V cumprem a função de

(A) introduzir o objetivo da nota explicitado posteriormente.
(B) antecipar as informações que serão apresentadas no texto.
(C) exemplificar os resultados da pesquisa citada anteriormente.
(D) contextualizar a nota no espaço-tempo de produção do texto.
(E) evidenciar a ampliação do alcance da pesquisa apontada anteriormente.

Continua

37

Para deixar o terceiro parágrafo do Texto V mais preciso, o termo **disso**, usado em "Diante disso", poderia ser substituído por

(A) da pandemia de Covid-19
(B) da ampliação do alcance da Pintec
(C) do panorama atual do debate público
(D) dos resultados da Pintec do último triênio
(E) da crise do Sistema Único de Saúde (SUS)

38

Observando-se a organização das informações dispostas no Texto V, nota-se que

(A) o segundo parágrafo detalha as informações introduzidas no primeiro parágrafo.
(B) o primeiro e o segundo parágrafos trazem informações introdutórias em relação ao terceiro parágrafo.
(C) o terceiro parágrafo traz uma conclusão derivada das informações trazidas nos parágrafos anteriores.
(D) o terceiro parágrafo complementa as informações trazidas no segundo parágrafo, subordinando-se a ele.
(E) o segundo parágrafo estabelece uma ligação entre as informações do primeiro parágrafo e as do terceiro.

RASCUNHO

Texto VI (este texto sofreu algumas alterações de ordem gramatical)

1 Nesse sentido, consideraremos como complexo industrial da saúde (CIS) apenas o conjunto de setores da industria de trasformação que o compõe. Em estudos abragentes, o CIS é definido como um estenso conjunto de atividades produtivas industriais, de serviços e de comercialização, que perpassam os setores público e privado. Não obstante, adotaremos uma assepção muito mais restrita, consoante com o que a Pintec permite observar. Nessa conceituação, esse complexo produtivo é o responsável por fornecer, ainda que parcialmente, os insumos, o conhecimento e as soluções tecnológicas para a oferta de serviços de saúde à população.

2 O período de análise compreende as edições da pesquisa posteriores à revisão metodológica da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), da versão 1.0 para a 2.0, no ano de 2007. O nível de profundidade setorial das análises será diverso. Para os equipamentos médicos e materiais médicos, produtos farmoquímicos e produtos farmacêuticos, apenas estão disponíveis dados a partir de 2011. O conjunto da indústria farmacêutica, entretanto, apresenta resultados desde 2008.

3 Adicionalmente, traremos informações do esforço inovativo da indústria farmacêutica de alguns países avançados, às quais estão presentes na Community Innovation Survey (CISurvey), pesquisa com a qual a Pintec é alinhada metodologicamente, permitindo comparações internacionais.

LEÃO, R.; GIESTEIRA, L. F. **O complexo industrial da saúde na Pintec 2017**. Nota Técnica n. 62. Brasília, DF: Ipea, 2020. p. 7. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200514_nt_diset_n62_web.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023. Adaptado.

RASCUNHO

39

Considerando-se uma tarefa de revisão ortográfica do primeiro parágrafo do Texto VI, é adequada a reescrita apresentada em:

(A) Nesse sentido, consideraremos como complexo industrial da saúde (CIS) apenas o conjunto de setores da indústria de transformação que o compõe. Em estudos abragentes, o CIS é definido como um estenso conjunto de atividades produtivas indústriais, de serviços e de comercialização, que perpassam os sectores público e privado. Não obstante, adotaremos uma assepção muito mais restrita, consoante com o que a Pintec permite observar.

(B) Nesse sentido, consideraremos como complexo industrial da saúde (CIS) apenas o conjunto de setores da industria de trasformação que o compõe. Em estudos ambrangentes, o CIS é definido como um extenso conjunto de atividades produtivas industriais, de serviços e de comercialização, que perpassão os setores publico e privado. Não obstante, adotaremos uma acepção muito mais restrita, consoante com o que a Pintec permite observar.

(C) Nesse sentido, consideraremos como complexo indústrial da saúde (CIS) apenas o conjunto de setores da indústria de transformação que o compõe. Em estudos ambrangentes, o CIS é definido como um estenso conjunto de atividades produtivas industriais, de serviços e de comercialização, que perpassão os setores público e privado. Não obstante, adotaremos uma assepção muito mais restrita, consoante com o que a Pintec permite observar.

(D) Nesse sentido, consideraremos como complexo industrial da saúde (CIS) apenas o conjunto de setores da industria de transformação que o compõe. Em estudos abragentes, o CIS é definido como um estenso conjunto de atividades produtivas industriais, de serviços e de comercialização, que prepassam os setores público e privado. Não obstante, adotaremos uma acepção muito mais restrita, consoante com o que a Pintec permite observar.

(E) Nesse sentido, consideraremos como complexo industrial da saúde (CIS) apenas o conjunto de setores da indústria de transformação que o compõe. Em estudos abrangentes, o CIS é definido como um extenso conjunto de atividades produtivas industriais, de serviços e de comercialização, que perpassam os setores público e privado. Não obstante, adotaremos uma acepção muito mais restrita, consoante com o que a Pintec permite observar.

40

Os articuladores textuais “Não obstante” e “Adicionalmente”, presentes no Texto VI, poderiam ser, sem prejuízo de sentido, substituídos por:

(A) Todavia e Outrossim
(B) Decerto e Finalmente
(C) Porventura e Ademais
(D) Contudo e Em outros termos
(E) Entretanto e Por conseguinte

Texto VII

1 A estruturação e o crescimento do mercado de trabalho têm evidentes relações com a Previdência Social. A macrorrelação mais direta, que até certo ponto dispensaria demonstração, é a alta correlação positiva da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a partir de certo patamar, com a formalização de contratos previdenciários — de empregados e de outros vínculos contributivos. Mas há também outros determinantes que podem causar formalização previdenciária, mesmo quando não se observa clara tendência de um ciclo econômico expansivo na economia em seu conjunto (ex-Previdência Rural a partir de 1991, por exemplo).

2 Um breve retrospecto histórico da relação ciclo econômico e formalização/informalização na Previdência Social pode ser visto nos gráficos 1, 2 e 3 adiante. Nos dois primeiros descreve-se a evolução do emprego formal (com vínculo previdenciário), com a utilização das taxas de crescimento, e a paralela evolução das taxas de crescimento do PIB no período 1980-2005. Para as três décadas iniciais (1950-1980), que compõem a fase ascendente do ciclo de industrialização e formalização do pós-Guerra, utilizou-se a taxa de incremento médio do *pessoal ocupado* na indústria como *proxy* do emprego formal. Foi usada a mesma variável para o período 1981-1998. A partir deste último ano, valemo-nos das informações diretas de emprego formal de vários indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) (gráfico 2).

3 O terceiro gráfico, que reflete o movimento cíclico do período, capta uma variável-estoque — a proporção de trabalhadores formais na população economicamente ativa (PEA) em cada momento do ciclo econômico, como se observa a seguir.

DELGADO, G. **Diagnóstico do mercado de trabalho para a Previdência Social - 1980-2006**. Nota Técnica n. 3. Brasília, DF: Ipea, 2007. p. 7. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/2007_nt03_marco_disoc.pdf . Acesso em: 29 nov. 2023. Adaptado.

41

Ao dizer, no primeiro parágrafo do Texto VII, que a macrorrelação mais direta “até certo ponto dispensaria demonstração”, o autor do texto está indicando que o(a)

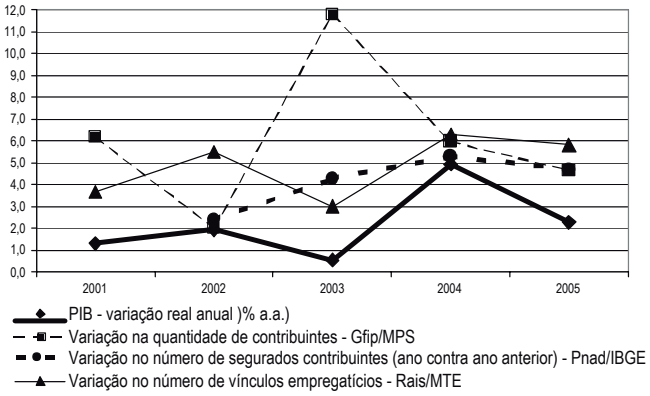
(A) conhecimento do leitor sobre o tema é suficiente e, portanto, não detalhará tal relação.
(B) entendimento do tema discutido no texto só poderá ser construído por um leitor que já conheça essa relação.
(C) detalhamento de tal relação não é necessário para um leitor que conheça o tema, mas ele o fará ainda assim.
(D) compreensão da discussão proposta pelo texto independe da demonstração de tal relação.
(E) demonstração dessa relação não caberá em um texto técnico que exige do leitor o reconhecimento de certas informações externas ao texto.

42

Os gráficos abaixo são os que foram referenciados no segundo parágrafo do Texto VII.

Gráfico K

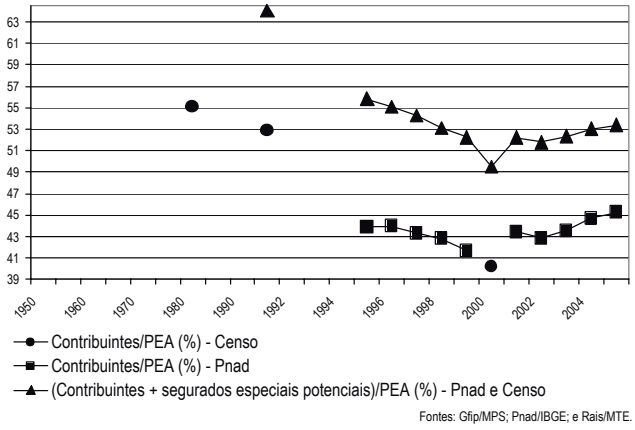
Crescimento do Emprego Formal e do PIB (1999-2005)



Fontes: Censos Industriais do IBGE (1950, 1960 e 1970); a partir de 1980, Índice de Emprego Industrial da Fiesp.

Gráfico W

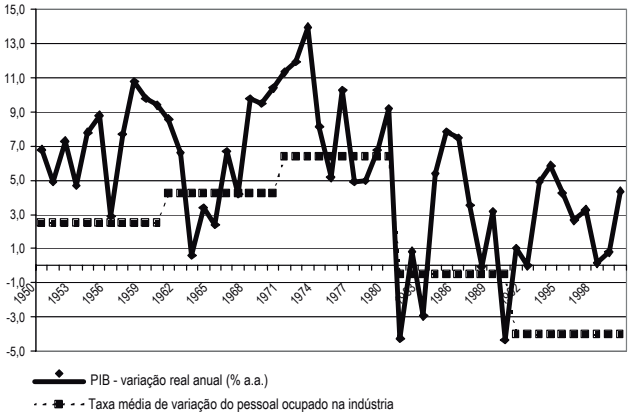
Contribuintes e Segurados como Proporção da PEA (1980-2005)



Fontes: Gfip/MPS; Pnad/IBGE; e Rais/MTE.

Gráfico Z

Variação do PIB e do Pessoal Ocupado na Indústria (1950-2000)



Fontes: Gfip/MPS; IBGE; e Rais/MTE.

Considerando-se os gráficos acima, constata-se que a ordem em que eles devem aparecer para dar prosseguimento ao Texto VII, mantendo-se sua coesão, está adequadamente apresentada em

(A) K, W e Z (B) K, Z e W (C) W, Z e K (D) Z, K e W (E) Z, W e K

43

Tendo-se apenas alterado a pontuação, a seguinte passagem do Texto VII foi reescrita de maneira adequada à norma-padrão da língua portuguesa e sem prejuízos de sentido ao texto original:

(A) A macrorrelação mais direta, que até certo ponto dispensaria demonstração, é a alta correlação positiva da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a partir de certo patamar, com a formalização de contratos previdenciários, de empregados e de outros vínculos contributivos.

(B) Mas há também outros determinantes que podem causar formalização previdenciária — mesmo quando não se observa clara tendência de um ciclo econômico expansivo na economia em seu conjunto — ex-Previdência Rural a partir de 1991 — por exemplo.

(C) Nos dois primeiros descreve-se a evolução do emprego formal, com vínculo previdenciário, com a utilização das taxas de crescimento — e a paralela evolução das taxas de crescimento do PIB no período 1980-2005.

(D) O terceiro gráfico (que reflete o movimento cíclico do período) capta uma variável-estoque, a proporção de trabalhadores formais na população economicamente ativa (PEA) em cada momento do ciclo econômico, como se observa a seguir.

(E) Para as três décadas iniciais — 1950-1980 —, que compõem a fase ascendente do ciclo de industrialização e formalização do pós-Guerra, utilizou-se a taxa de incremento médio do *pessoal ocupado* na indústria como *proxy* do emprego formal.

Texto VIII

1 O atual marco regulatório do setor ferroviário brasileiro surgiu com a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e consolidou-se com a concessão de quase todas as ferrovias nacionais às empresas privadas. Se antes a política para o setor emanava exclusivamente do Ministério dos Transportes e a operação concentrava-se em poucas empresas estatais, hoje o cenário tornou-se mais complexo. O Ministério dos Transportes continua possuindo a primazia para a formulação da estratégia de longo prazo, mas a operação está majoritariamente nas mãos de empresas privadas. A concessão, a fiscalização e as regras de operação tornaram-se atribuições da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT).

2 De acordo com Lang (2007), a fase moderna da legislação regente do setor ferroviário no Brasil inicia-se com a publicação do Decreto nº 1.832/1996, conhecido como Regulamento dos Transportes Ferroviários (RTF). Sua importância advém de ter lançado as bases de uma operação não monopolística, condizente com o leilão da malha da RFFSA no mesmo ano de sua edição.

3 Entre suas principais características, esse decreto disciplina a segurança nos serviços ferroviários e as relações entre: i) a administração pública e as administrações ferroviárias; ii) as administrações ferroviárias, inclusive no tráfego mútuo; e iii) as administrações ferroviárias e os seus usuários. A principal inovação trazida pelo Decreto nº 1.832/1996 explicita para o setor ferroviário que "a construção, a operação ou exploração dos serviços poderão ser realizadas pelo Poder Público ou por empresas privadas" (BRASIL, 1996). Era, portanto, o indicativo para permitir a entrada de empresas privadas, sob delegação, nos mercados de construção e operação de serviços ferroviários.

POMPERMAYER, F. M.; CAMPOS NETO, C. A. S.; SOUSA, R. A. F. **Considerações sobre os marcos regulatórios do setor ferroviário brasileiro – 1997-2012**. Nota Técnica n. 6 do Diset. Brasília, DF: Ipea, 2012. p. 3. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/121206_notatecnicadiset06.pdf. Acesso em: 3 dez. 2023. Adaptado.

44

Observando-se as formas de citação usadas no Texto VIII, verifica-se que seus autores

(A) constroem uma citação direta que deveria estar marcada pelo termo latino *apud*, pois citam um texto anteriormente citado em outro texto.

(B) trazem uma citação como forma de justificar a outra, uma vez que o texto de Lang (2007) lhes permite trazer, de forma respaldada, o documento citado como (BRASIL, 1996).

(C) optam por duas formas de citação diferentes (indireta e direta) porque se trata de textos de naturezas distintas e que, portanto, não poderiam ser usados de uma mesma maneira na nota técnica.

(D) colocam uma citação direta como forma de complementar o sentido de uma citação indireta, já que o documento citado como (BRASIL, 1996) detalha as informações trazidas em Lang (2007).

(E) fazem um mau uso dos textos trazidos, considerando-se que o texto de Lang (2007) é mais relevante para a argumentação do texto e que, portanto, deveria ter sido citado de forma direta como foi feito com o documento citado como (BRASIL, 1996).

RASCUNHO

RASCUNHO

Continua

Texto IX (este texto sofreu algumas alterações de ordem gramatical)

1 O conjunto dos dados apresentado sobre a cobertura de rede pública de água e/ou esgoto reforçam a necessidade da disponibilidade de álcool gel para a higiene da comunidade escolar, principalmente em localidades não atendidas pela rede pública de saneamento ou sistema de fossas sépticas.

2 Durante o período de pandemia, foram amplamente divulgados e discutidos a falta de acesso à equipamentos e à internet por parte dos alunos. Os dados apresentados nesta nota técnica mostra que o retorno às aulas não resultará no fim da desigualdade de acesso a recursos tecnológicos. E, parece razoável antever, que os profissionais da educação passarão a enfrentar desafios tecnológicos nas escolas.

3 Para manter o distanciamento entre os estudantes, as propostas de retorno às aulas preveem o rodízio de alunos, com parte assistindo às aulas presencialmente e parte participando das aulas remotamente. Os dados apresentados na seção de resultados sugere que apenas uma pequena parte das escolas terão condições de transmitir grande número de aulas ao vivo simultaneamente, haja vista as limitações do link de acesso à internet. Sendo assim, o mais provável é que as aulas sejam gravadas.

KUBOTA, L. C. **A Infraestrutura sanitária e tecnológica das escolas e a retomada das aulas em tempos de Covid-19**. Nota Técnica n. 70. Brasília, DF: Ipea, 2020. p.15. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200715_nt_diset_n_70_web.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023. Adaptado.

45

Uma das passagens do Texto IX apresentadas a seguir atingirá plenamente a adequação à norma-padrão da língua portuguesa, desde que seja observado o procedimento proposto.

Essa adequação será alcançada, na passagem

(A) “O conjunto dos dados apresentado sobre a cobertura de rede pública de água e/ou esgoto reforçam a necessidade da disponibilidade de álcool gel” , apenas incluindo o morfema de plural em **apresentado**.

(B) “Durante o período de pandemia, foram amplamente divulgados e discutidos a falta de acesso à equipamentos e à internet por parte dos alunos.”, apenas passando o número de **foram** para o singular.

(C) “Os dados apresentados nesta nota técnica mostra que o retorno às aulas não resultará no fim da desigualdade de acesso a recursos tecnológicos.”, apenas passando o número de **mostra** para o plural.

(D) “E, parece razoável antever, que os profissionais da educação passarão a enfrentar desafios tecnológicos nas escolas.”, apenas suprimindo a primeira vírgula empregada.

(E) “Os dados apresentados na seção de resultados sugere que apenas uma pequena parte das escolas terão condições de transmitir grande número de aulas ao vivo”, apenas suprimindo o morfema de plural de **resultados**.

Texto X (este texto é a sinopse de um artigo, que sofreu algumas alterações)

O presente artigo, meticulosamente elaborado, tem como objetivo apresentar breve revisão de literatura, que se destaca pela sua abrangência, abordando o vasto campo das cidades inteligentes (*smart cities*) para subsidiar a proposição de uma agenda de pesquisa. Mais especificamente, procedemos a uma contextualização detalhada do uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) para geração de novas oportunidades econômicas e sociais no âmbito da vida urbana e para o desenvolvimento de soluções para diversos problemas relacionados às demandas urgentes por equipamentos de infraestrutura e por acessibilidade aos serviços urbanos. Buscando ir além da superficialidade do tema, direcionamos nosso olhar crítico para o espectro da ação governamental, explicitando os arranjos de política, seus mecanismos de governança e indicando possibilidades de avaliar impactos efetivos, decorrentes da adoção das TICs para soluções digitais inovadoras.

SILVA, M. S.; AVELLAR, A. P.; FURTADO, B. A.; POMPERMAYER, F. M.; KUBOTA, L. C. Tecnologias digitais para cidades inteligentes: notas para uma agenda de pesquisa. **Boletim Radar**, n.74, dez. 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/radar/temasrdar/ciencia-tecnologia-2/14813-teconologias-digitais-para-cidades-inteligentes-notas-para-uma-agenda-de-pesquisa. Acesso em: 17 dez. 2023. Adaptado.

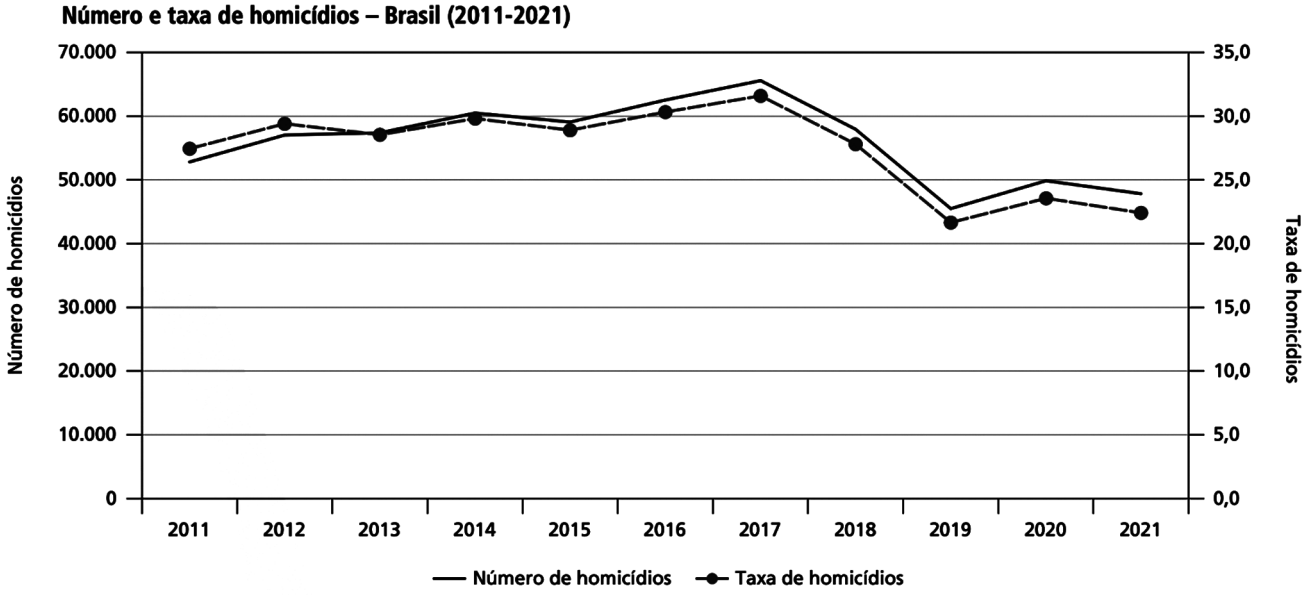
RASCUNHO

46

Considerando-se que o Texto X é uma sinopse e buscando-se sua máxima concisão, sem a perda de informações relevantes, pode ser feita a transformação do fragmento

(A) “O presente artigo, meticulosamente elaborado, tem como objetivo” em “Este artigo, meticulosamente elaborado, objetiva”.
(B) “apresentar breve revisão de literatura, que se destaca pela sua abrangência, abordando o vasto campo das cidades inteligentes” em “apresentar breve revisão de literatura sobre cidades inteligentes”.
(C) “Mais especificamente, procedemos a uma contextualização detalhada do uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs)” em “especificamente, procedemos a uma contextualização detalhada do uso de tecnologias da informação e comunicação”.
(D) “geração de novas oportunidades econômicas e sociais no âmbito da vida urbana e para o desenvolvimento de soluções para diversos problemas relacionados às demandas urgentes” em “geração de oportunidades socioeconômicas na vida urbana e no desenvolvimento de soluções para diversos problemas relacionados às demandas”.
(E) “Buscando ir além da superficialidade do tema, direcionamos nosso olhar crítico para o espectro da ação governamental, explicitando os arranjos de política” em “Direcionando nosso olhar crítico sobre a ação governamental, buscamos explicitar os arranjos de política”.

47



CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord). **Atlas da violência 2023**. Brasília, DF: Ipea; FBSP, p.9. DOI: https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023. Adaptado.

A análise do gráfico acima permite a constatação de que a

(A) taxa de homicídios e o número de homicídios no Brasil alcançaram o mesmo valor no ano de 2013.
(B) taxa de homicídios e o número de homicídios no Brasil sofreram uma constante queda entre os anos de 2017 e 2021.
(C) a taxa de homicídios, ao longo de todo o período analisado, acompanha os aumentos e as quedas do número de homicídios no Brasil.
(D) taxa de homicídios e o número de homicídios no Brasil terminam o período analisado com valores mais baixos do que os identificados ao início do estudo.
(E) taxa de homicídios foi mais alta que o número de homicídios no Brasil entre os anos de 2011 e 2013, quando a situação se inverteu, e o número de homicídios passou a ser mais alto que a taxa de homicídios.

Continua

Texto XI

1 É um fato global que homens adolescentes e jovens adultos entre 15 e 29 anos são os que mais apresentam risco de serem vítimas de homicídios. Contudo, conforme se concluiu em um relatório sobre os homicídios em todo o planeta realizado pela United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) em 2019 (UNODC, 2019a), pesa para essa situação mundial o contexto do continente americano, onde os fatores estruturais que causam a mortalidade violenta são os conflitos frutos da ação do crime organizado e das mortes decorrentes do uso de armas de fogo.

2 Com efeito, no Brasil a violência é a principal causa de morte dos jovens. Em 2021, de cada cem jovens entre 15 e 29 anos que morreram no país por qualquer causa, 49 foram vítimas da violência letal. Dos 47.847 homicídios ocorridos no Brasil em 2021, 50,6% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. São 24.217 jovens que tiveram suas vidas ceifadas prematuramente, com uma média de 66 jovens assassinados por dia no país.

3 Considerando a série histórica dos últimos onze anos (2011-2021), foram 326.532 jovens vítimas da violência letal no Brasil. São centenas de milhares de indivíduos que não tiveram a chance de concluir sua vida escolar, de construir um caminho profissional, de formar sua própria família ou de serem reconhecidos pelas suas conquistas no contexto social em que vivem.

4 Em que pese a extrema gravidade do problema que atinge a juventude brasileira, alguns avanços podem ser observados na comparação com o ano anterior, conforme se pode observar na tabela 7. Em 2021, houve queda de 6,2% no número absoluto de homicídios de jovens em comparação a 2020. A taxa de homicídios a cada 100 mil jovens passou de 51,8 para 49,0, significando uma redução de 5,4% em um ano, conforme apontado no gráfico 7. Essa atenuação nos dados de violência letal de jovens vinha sendo observada desde 2017 e acompanha a queda geral do número de homicídios do país. Com efeito, de 2016 a 2021 essa contração foi de 25,2%.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord). **Atlas da violência 2023**. Brasília, DF: Ipea; FBSP, p.21-22. DOI: https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023. Adaptado.

48

A leitura do Texto XI e o entendimento da organização das informações nele dispostas permitem afirmar que seu enunciador

(A) minimiza o problema do homicídio de jovens no Brasil ao descrever dados que apontam para uma queda no número de mortes dessa natureza nos últimos anos.
(B) inicia descrevendo dados retirados de outros textos, citando suas fontes e gerando, portanto, confiança no leitor sobre as informações selecionadas para sua abertura.
(C) reforça o argumento de que o número de homicídios de jovens no Brasil é um problema grave por meio da inserção de dados teoricamente fundamentados no terceiro parágrafo.
(D) apresenta uma profusão de dados estatísticos como caminho para a construção de argumentos que reforcem a tese de que as causas do índice de homicídio de jovens brasileiros são de natureza global.
(E) constrói uma argumentação baseada na descrição de dados estatísticos, inserindo-os em uma dimensão macrocontextual — a violência no mundo — e em uma dimensão microcontexual — as vidas dos jovens perdidas.

49

Na avaliação do emprego de vírgulas no Texto XI, constata-se o seguinte:

(A) o fragmento “de construir um caminho profissional” (parágrafo 3) encontra-se entre vírgulas porque ele é antecedido e sucedido por uma elipse, ou seja, pela omissão de um termo subentendido.
(B) o fragmento "significando uma redução de 5,4% em um ano" (parágrafo 4) encontra-se entre vírgulas por ser uma oração reduzida de gerúndio de valor meramente explicativo.
(C) o fragmento “conforme se concluiu em um relatório sobre os homicídios em todo o planeta realizado pela United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) em 2019 (UNODC, 2019a)” (parágrafo 1) encontra-se entre vírgulas porque corresponde a um aposto.
(D) a expressão "no Brasil em 2021" (parágrafo 2) é seguida de uma vírgula porque se trata de um adjunto adverbial deslocado de seu lugar na ordem direta da estrutura sintática padrão da língua portuguesa.
(E) a expressão “Com efeito” (parágrafo 2) é acompanhada de uma vírgula porque se trata de um elemento corretivo, que deve estar separado do restante da sentença.

Texto XII (este texto sofreu algumas alterações de ordem gramatical)

A violência letal contra indígenas experimentou um progressivo incremento no país no período entre 2020 e 2021. Estamos cientes de que a violência étnico-racial e simbólica que alcança os povos indígenas não pode ser dimensionada somente a partir das mortes violentas decorrentes de homicídios. A violência étnico-racial e simbólica que alcança os povos indígenas demanda um olhar mais aprofundado. Agregamos a esses dados nesta edição do Atlas informações sobre lesões letais autoprovocadas (suicídios), disponibilizadas nos registros públicos.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord). **Atlas da violência 2023**. Brasília, DF: Ipea; FBSP, p.79. DOI: https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023. Adaptado.

50

O Texto XII está reescrito de maneira adequada à norma-padrão da língua portuguesa, sem perda em seu sentido original, na seguinte passagem:

(A) A violência letal contra indígenas experimentou um progressivo incremento, no país, no período entre 2020 e 2021. Cientes de que a violência étnico-racial e simbólica, que alcança os povos indígenas, não pode ser dimensionada somente a partir das mortes violentas, decorrentes de homicídios, demandando um olhar mais aprofundado agregamos nesta edição do Atlas informações sobre lesões letais autoprovocadas (suicídios) disponibilizadas nos registros públicos.

(B) A violência, letal contra indígenas, experimentou um progressivo incremento no país no período entre 2020 e 2021. Cientes de que essa violência étnico-racial e simbólica que alcança os povos indígenas não pode ser dimensionada somente a partir das mortes violentas decorrentes de homicídios e demanda um olhar mais aprofundado nesta edição do Atlas, agregamos a esses dados informações sobre lesões letais autoprovocadas (suicídios) disponibilizadas nos registros públicos.

(C) A violência letal contra indígenas experimentou um progressivo incremento no país no período entre 2020 e 2021. Cientes de que a violência étnico-racial e simbólica que alcança os povos indígenas não pode ser dimensionada somente a partir das mortes violentas decorrentes de homicídios, demandando um olhar mais aprofundado, nesta edição do Atlas, agregamos a esses dados informações sobre lesões letais autoprovocadas (suicídios), disponibilizadas nos registros públicos.

(D) A violência letal contra indígenas experimentou um progressivo incremento no país no período entre 2020 e 2021. Estando cientes de que a violência étnico-racial e simbólica, que alcança os povos indígenas, não pode ser dimensionada, somente a partir das mortes violentas decorrentes de homicídios, demandamos um olhar mais aprofundado, nesta edição do Atlas. Agregamos a esses dados informações sobre lesões letais autoprovocadas (suicídios) disponibilizadas nos registros públicos.

(E) A violência letal contra indígenas experimentou um progressivo incremento no país no período entre 2020 e 2021. Estando cientes de que a violência étnico-racial e simbólica que alcança os povos indígenas não pode ser dimensionada, somente a partir das mortes violentas decorrentes de homicídios, demandando um olhar mais aprofundado, nesta edição do Atlas, agregamos a esses dados informações sobre lesões letais autoprovocadas (suicídios) disponibilizadas nos registros públicos.

51

O emprego do acento indicativo de crase está plenamente adequado às regras da norma-padrão da língua portuguesa em:

(A) O gráfico apresenta a diferença entre a variação percentual anual associada às taxas de homicídios registrados e projetados. A análise feita ano à ano mostra uma expressiva divergência na dinâmica das taxas ao final do período analisado.

(B) O segundo canal causal que liga a difusão de armas à homicídios diz respeito a sensação de empoderamento que a posse da arma gera no indivíduo que se envolve em alguma contenda, seja briga de bar, no trânsito, entre vizinhos ou outras.

(C) De acordo com o gráfico, a diferença entre a taxa de homicídios registrados e projetados parece restrita ao nível e não à tendência das séries. Ainda assim, a contabilização dos homicídios ocultos traz novo sentido à análise sobre a prevalência de homicídios no Brasil.

(D) Como se verá à seguir, há uma nova seção na edição deste ano, que trata da violência contra idosos. O tema ganha destaque porque o Brasil caminha à passos largos no processo de transição demográfica, rumo ao envelhecimento da população. Daí faz-se mister trazer à tona essa questão.

(E) Se não fosse a legislação permissiva quanto as armas de fogo, a redução dos homicídios teria sido ainda maior do que à observada. Com base em um cálculo aproximado, estimamos que se não houvesse o aumento de armas de fogo em circulação à partir de 2019, teria havido 6.379 homicídios a menos no Brasil.

52

Considerando-se os princípios de coesão e de coerência, a seguinte passagem está em consonância com a norma-padrão da língua portuguesa, apresentando-se perfeitamente construída:

(A) A compreensão do perfil das cidades é uma condição para o êxito no desenho e na implementação de políticas orientadas ao uso de tecnologias da informação e comunicação no desenvolvimento dos problemas da infraestrutura e dos serviços urbanos.

(B) A definição de cidades inteligentes aqui adotada remete a um modelo de desenvolvimento urbano articulado à transformação digital e à sustentabilidade ambiental, orientando-se a criar oportunidades e a melhorar os problemas comunitários.

(C) Não há um modelo único de políticas capazes de responder às demandas relacionadas e condicionadas por circunstâncias locais. Na análise dessas condições das cidades para o futuro, propõe-se uma matriz de agregação de cidades a partir de duas dimensões: i) economias urbanas desenvolvidas e emergentes; e ii) cidades antigas e novas.

(D) O questionamento sobre o que nos constitui inteligentes em cidades inteligentes nos orienta no desenho de uma tipologia de inovações urbanas que busca esclarecer as diferentes "dimensões inovadoras" admitidas nesse conceito. Uma ou mais dessas dimensões podem coexistir em uma mesma iniciativa de desenvolvimento de cidades inteligentes.

(E) Cidades antigas apresentam um ambiente construído e consolidado e estabilidade demográfica. Nesses termos, demandam adaptações das novas tecnologias ao ambiente construído e à dinâmica das atividades econômicas estabelecidas. Cidades mais jovens, por sua vez, vivenciam processos de construção de novos ambientes e demografias em crescimento.

Texto XIII

1 A riqueza cresce em escala global, mas o fosso que separa as nações ricas das mais pobres só aumenta, ao contrário do que sugeriam defensores das forças do mercado. Os números que comprovam essa realidade são dramáticos e poderiam ter origem numa organização não governamental contrária à globalização ou fazer parte do material de propaganda da Coreia do Norte, último bastião do comunismo. Mas provêm de entidades insuspeitas. Os beneficiados que estão entre os 20% mais ricos da população mundial respondiam por 86% do consumo total, enquanto restava aos 20% mais pobres mirrado 1,3%, informa um estudo de 1998 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

2 O historiador e economista político David Landes, professor da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, lembra que há 250 anos a diferença de renda entre um habitante do país mais rico e outro do mais pobre era, talvez, de cinco para um. Agora, "a diferença em termos de renda *per capita* entre a nação industrial mais rica, a Suíça, e o mais pobre país não industrial, Moçambique, é de cerca de 400 para 1", atesta Landes em seu livro Riqueza e Pobreza das Nações. O relatório do Banco Mundial confirma que as disparidades entre os países eram pequenas no começo do século XIX, mas pioraram no século XX, e a distância continua a aumentar, se excluídos dois países que expandiram muito suas economias nos últimos anos, a China e a Índia.

FERNANDES JR., O. Cada vez mais distantes. **Desafios do desenvolvimento**, Brasília, DF, ano 2, n.16, nov. 2005. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12501/1/Desafios_Desenvolvimento_v.2_n.16_2005_cada_vez_mais_distante.pdf. Acesso em: 19 dez. 2023. Adaptado.

53

Analisando-se a construção argumentativa do Texto XIII, nota-se o uso de diferentes tipos de argumentos. Associe as estratégias argumentativas aos argumentos trazidos pelo autor do texto, apresentados a seguir.

I - Argumento de autoridade
II - Argumento por evidência
III - Argumento por constatação

P - "Os números que comprovam essa realidade são dramáticos e poderiam ter origem numa organização não governamental contrária à globalização"
Q - "Os beneficiados que estão entre os 20% mais ricos da população mundial respondiam por 86% do consumo total, enquanto restava aos 20% mais pobres mirrado 1,3%"
R - "há 250 anos a diferença de renda entre um habitante do país mais rico e outro do mais pobre era, talvez, de cinco para um"
S - "as disparidades entre os países eram pequenas no começo do século XIX, mas pioraram no século XX, e a distância continua a aumentar"

As associações corretas são:

(A) I - P ; II - R ; III - S
(B) I - Q ; II - S ; III - P
(C) I - Q ; II - S ; III - R
(D) I - R ; II - Q ; III - P
(E) I - S ; II - P ; III - Q

54

Observando-se as três ocorrências do articulador textual **mas** no Texto XIII, entende-se que o autor

(A) reforça, no segundo parágrafo, que a pobreza em escala global aumentou no século XX do texto, como forma de negar o contra-argumento trazido no início do texto.
(B) parte de uma expectativa do leitor de que a riqueza é algo positivo e nega essa expectativa, na primeira frase do texto, como forma de atacar a globalização.
(C) produz alternâncias de pontos de vista, ao longo dos dois parágrafos do texto, como forma de gerar uma aparente incoerência no texto e motivar o leitor a prosseguir sua leitura.
(D) constrói uma oposição entre capitalismo e comunismo, no primeiro parágrafo, como forma de evidenciar a superioridade deste regime econômico sobre aquele no combate às desigualdades.
(E) indica que organizações contrárias à globalização e a Coreia do Norte não são fontes confiáveis para se criticar o capitalismo, no primeiro parágrafo, como forma de minimizar possíveis críticas à tese defendida em seu texto.

55

Observa-se, no desenvolvimento do Texto XIII, o uso da figura de retórica

(A) eufemismo, ao usar o termo “mirrado” (parágrafo 1).
(B) metáfora, ao apontar “o fosso que separa as nações” (parágrafo 1).
(C) metonímia, ao nomear as Nações Unidas e o Banco Mundial como “entidades” (parágrafo 1).
(D) perífrase, ao referir-se à Coreia do Norte como o “último bastião do comunismo” (parágrafo 1).
(E) hipérbole, ao dizer que “os 20% mais ricos da população mundial respondiam por 86% do consumo total” (parágrafo 1).

56

O abrangente relatório da ONU destaca, de modo enfático, que a concretização efetiva da erradicação da pobreza está intrinsecamente ligada ao intenso acesso dos excluídos a serviços públicos de alta qualidade. No entanto, o documento ressalta a importância crucial de implementar programas de transferência de renda como uma medida complementar, desde que acompanhados de condições específicas. Entre essas condições, destaca-se a obrigatoriedade de as famílias beneficiárias manterem seus filhos regularmente na escola, visando não apenas ao acesso à educação, mas também à promoção de uma sociedade mais educada e capacitada. Além disso, o relatório enfatiza a necessidade de exigências adicionais, como a participação frequente em exames médicos, para garantir a saúde e o bem-estar dos beneficiários.

FERNANDES JR., O. Cada vez mais distantes. **Desafios do desenvolvimento**, Brasília, DF, ano 2, n.16, nov. 2005. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12501/1/Desafios_Desenvolvimento_v.2_n.16_2005_cada_vez_mais_distante.pdf. Acesso em: 19 dez. 2023. Adaptado.

De modo a buscar a concisão do texto acima, sem perda ou alteração nos sentidos originalmente construídos, é possível reescrevê-lo como em:

(A) O relatório da ONU defende que é possível a erradicação da pobreza, desde que os excluídos tenham acesso a serviços públicos de boa qualidade e a programas de transferência de renda acompanhados de obrigações, tais como a manutenção de seus filhos na escola e a realização de exames médicos regulares.
(B) O relatório da ONU defende que há, possivelmente, o alcance da erradicação da pobreza, desde que os excluídos tenham acesso a serviços públicos de boa qualidade. Entretanto, defende também programas de transferência de renda acompanhados de exigências, como obrigar as famílias a manter seus filhos na escola e a passar regularmente por exames médicos.
(C) O relatório da ONU, embora defenda que, para se alcançar a erradicação da pobreza, seja necessário o acesso dos excluídos a serviços públicos de boa qualidade, admite a possibilidade de programas de transferência de renda, mesmo que acompanhados de obrigações, tais como as famílias manterem seus filhos na escola e a passarem regularmente por exames médicos.
(D) O relatório da ONU defende que a erradicação da pobreza só será alcançada se os excluídos tiverem acesso a serviços públicos de boa qualidade, mas admite a necessidade de programas de transferência de renda, desde que acompanhados de exigências, como obrigar as famílias a manter seus filhos na escola e a passar regularmente por exames médicos.
(E) O relatório da ONU defende que, para se alcançar a erradicação da pobreza, é crucial que os excluídos tenham acesso a serviços públicos de boa qualidade, mas admite a necessidade de programas de transferência de renda, mesmo que acompanhados de obrigações, tais como as famílias manterem seus filhos na escola e a passarem regularmente por exames médicos.

57

Considerando-se as regras da norma-padrão da língua portuguesa que asseguram uma construção coesa e coerente, a seguinte passagem está adequadamente estruturada:

(A) Primeiro, foram analisadas as 61 cidades pertencentes às mesmas regiões intermediárias, visando analisar a contribuição dessa seleção "duplicada" para os índices de cobertura populacional e territorial, analisando caso a caso, foram excluídas 27 cidades da lista original.

(B) Em contrapartida, ampliando a cobertura das sedes dos concursos e contribuindo para se atingir o objetivo de democratização do acesso, são inseridas cidades que melhoram os indicadores, abrangendo 180 cidades e atingindo níveis de cobertura territorial e populacional superiores.

(C) Para fins desta nota técnica, iluminando o território nacional, o objetivo é apresentar uma lista de cidades-sede cujos raios de abrangência ofereçam índices de cobertura territorial e populacional melhores do que nos concursos públicos anteriores, reduzindo as áreas não cobertas pelas áreas de abrangência das sedes escolhidas.

(D) Constata-se que apenas 39 municípios brasileiros sediaram a realização das provas. Somando todas as sedes desses 49 concursos públicos federais, ou seja, menos de 1% dos municípios brasileiros foi escolhido como sede de realização de um concurso público federal nos últimos 15 anos e a maioria dos concursos não foi realizada em todos os estados brasileiros.

(E) A primeira proposta introduz critérios demográficos regionalmente diferenciados, utilizando o estudo Região de Influência de Cidades (REGIC) do IBGE, resultando em uma lista de 129 cidades. A segunda proposta, adicionando 20 cidades à proposta inicial. A terceira proposta refina a seleção, excluindo cidades já cobertas e inserindo aquelas que contribuem mais para a cobertura territorial e populacional.

RASCUNHO

Texto XIV

1 O Orçamento da Criança identificou todas as ações no Orçamento Geral da União (OGU) que contemplavam o público infanto-juvenil, agregando-as em duas grandes categorias: i) orçamento da criança estrito, cujos programas, projetos e atividades eram voltados exclusivamente para crianças e adolescentes; ii) orçamento não exclusivo, que contemplava as ações e os programas voltados para o público em geral, mas que também incluíam a população de 0 a 18 anos incompletos. A soma desses dois grupos constituiu-se no Orçamento Ampliado para Crianças e Adolescentes.

2 A América Latina também progrediu na implementação de metodologias para medir gastos públicos com crianças e adolescentes e vários estudos foram publicados nesse sentido. Entre outros, destaca-se a iniciativa *Child-focused public expenditure measurement* – C-PEM (UNICEF, 2016), que buscou alcançar quatro objetivos, conforme a seguir descritos.

1) Orientar a tomada de decisão e a alocação de recursos para aumentar a prioridade dada à infância.
2) Acompanhar as despesas específicas e os prestadores de serviços da linha de frente, cujo comportamento é fundamental para garantir resultados maiores e mais equitativos para as crianças.
3) Facilitar a avaliação de impacto das despesas públicas e a identificação de gargalos e barreiras, promovendo eficiência e eficácia.
4) Monitorar os esforços financeiros gerais do governo para apoiar as crianças, sistematizando a transparência e relatando os gastos com os direitos da criança, especialmente em relação ao art. 4º da CDC.

3 A metodologia do C-PEM foi adotada em outros países, a exemplo da Índia, do México, da Argentina, do Peru, da Colômbia e da Espanha (Cummins, 2016, p. 3). Um estudo que compara nove relatórios de países (Argentina, Colômbia, República Dominicana, El Salvador, Peru, México, Honduras, País de Gales e Iêmen) mostrou que, do total dos recursos investidos em crianças, mais da metade é destinada à educação (56%), seguidos por saúde (18%) e proteção social (15%). No extremo oposto ficam: nutrição (1,0%), esporte, recreação e cultura (0,2%) e proteção infantil (0,2%), que são áreas que tendem a receber investimentos muito limitados (Cummins, 2016, p. 8).

4 O escopo das iniciativas de medição de gastos públicos varia significativamente entre os países, no entanto o que se observa é que as categorias de gastos diretos ou específicos estão sempre presentes nas diferentes iniciativas. Algumas metodologias consideram ainda outras denominações, como gastos indiretos ou inespecíficos, para classificar a parte da despesa destinada a famílias ou para outros públicos mais abrangentes que incluem crianças e adolescentes (Cummins, 2016, p. 6). Outras adicionaram gastos com despesas ampliadas e/ou despesas em bens públicos, quando beneficiavam grupos populacionais mais amplos nos quais as crianças e os adolescentes eram um subgrupo, como habitação, água e saneamento, esses direcionados às áreas com alta incidência de diarreia entre crianças e transporte público que apoia a frequência escolar.

5 Os países que adotaram a metodologia do C-PEM aumentaram a transparência do gasto público com crianças e, em alguns casos, como no México e no Peru, observou-se também um aumento geral no investimento público para essa população. Ademais, a avaliação das experiências dos países que elaboraram o Orçamento da Criança apresenta-se como uma valiosa lição para as instituições e os países que decidirem realizar essa mesma iniciativa: a importância de que a medição do gasto esteja ancorada em estratégias governamentais institucionalizadas ou em políticas públicas nacionais.

SILVA, E. R. A. *et al*. **Gasto social com crianças e adolescentes**: descrição metodológica. Nota Técnica n. 101. 2022. Brasília, DF: Ipea. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/220510_62_nt_disoc_101_web.pdf Acesso em: 4 dez. 2023. Adaptado.

RASCUNHO

Continua

58

Na progressão temática do Texto XIV, antes do detalhamento dos quatro objetivos da C-PEM, os autores se referem à

(A) ampliação da transparência do gasto público com crianças nos países que adotaram a metodologia de medição do C-PEM.
(B) classificação das ações governamentais em orçamento da criança estrito e orçamento não exclusivo.
(C) destinação à educação de mais da metade dos recursos investidos em crianças de acordo com estudo que compara nove países.
(D) importância de que a medição do gasto esteja ancorada em estratégias governamentais institucionalizadas ou em políticas públicas nacionais.
(E) presença constante da medição de gastos diretos ou específicos nas iniciativas de medição de gastos públicos.

RASCUNHO

59

A proposta de alteração contida entre colchetes mantém o sentido original e a acurácia gramatical do fragmento do Texto XIV em:

(A) “A metodologia do C-PEM foi adotada em outros países, a exemplo da Índia, do México, da Argentina, do Peru, da Colômbia e da Espanha (Cummins, 2016, p. 3).” [Retirar as contrações de preposição + artigo definido antes da enumeração dos países México, Argentina, Peru, Colômbia e Espanha, porque a contração “da” já aparece antes de Índia, o que já é suficiente.] (parágrafo 3)
(B) “O escopo das iniciativas de medição de gastos públicos varia significativamente entre os países, no entanto o que se observa é que as categorias de gastos diretos ou específicos estão sempre presentes nas diferentes iniciativas.” [Flexionar o verbo “variar” na terceira pessoa do plural para concordar com “iniciativas”.] (parágrafo 4)
(C) “Outras adicionaram gastos com despesas ampliadas e/ou despesas em bens públicos, quando beneficiavam grupos populacionais mais amplos nos quais as crianças e os adolescentes eram um subgrupo, como habitação, água e saneamento, esses direcionados às áreas com alta incidência de diarreia entre crianças e transporte público que apoia a frequência escolar.” [Substituir a expressão “nos quais” por “onde” para garantir a clareza no processo de referenciação do período.] (parágrafo 4)
(D) “Os países que adotaram a metodologia do C-PEM aumentaram a transparência do gasto público com crianças” [Inserir uma vírgula após a expressão C-PEM para garantir a coesão textual.] (parágrafo 5)
(E) “Ademais, a avaliação das experiências dos países que elaboraram o Orçamento da Criança apresenta-se como uma valiosa lição para as instituições e os países que decidirem realizar essa mesma iniciativa” [Substituir a expressão “Ademais” por “Além disso”, mantendo-se a relação lógica entre as ideias.] (parágrafo 5)

RASCUNHO

Texto XV

1 Mesmo utilizando as informações disponibilizadas nos atributos das ações, muitas vezes as informações existentes não permitiam saber, com precisão, se seus produtos ou entregas contemplavam crianças e adolescentes. Nesses casos, foi necessário aprofundar a investigação até os POs, que são identificações orçamentárias, de caráter gerencial (não constante da LOA), vinculadas às ações orçamentárias, com a finalidade de permitir que a elaboração e a execução do orçamento ocorram em um nível mais detalhado que os demais atributos da ação.

2 Em síntese, quando o título não deixava claro seu caráter social e/ou de atenção à criança e ao adolescente, foi necessário analisar as demais informações (programas, descritores das ações, beneficiários, POs, unidades orçamentárias e subfunções) em busca de chaves que permitissem a classificação como específicos do público infanto-juvenil, como educação infantil, educação básica, saúde materno-infantil, vacinação, entre outros.

3 A título de exemplo, em um programa de segurança pública, há uma ação de Proteção à Testemunha e, dentro desta, um plano orçamentário destinado à Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. Caso a análise não tivesse se estendido até à ação e ao seu respectivo PO, provavelmente essa importante iniciativa não seria incluída no GSC&A. Tal processo mostrou-se importante para dar confiabilidade, precisão e transparência à metodologia de apuração dos gastos. Outros trabalhos com o mesmo propósito foram realizados, porém, de forma mais agregada, utilizando as classificações orçamentárias de função ou subfunção, o que pode superestimar os gastos com essa população.

SILVA, E. R. A. *et al*. **Gasto social com crianças e adolescentes**: descrição metodológica. Nota Técnica n. 101. 2022. Brasília, DF: Ipea. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/220510_62_nt_disoc_101_web.pdf Acesso em: 4 dez. 2023. Adaptado.

60

A justificativa para o emprego da vírgula, no Texto XV, está correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, em:

(A) “Mesmo utilizando as informações disponibilizadas nos atributos das ações, muitas vezes as informações existentes não permitiam saber, com precisão, se seus produtos ou entregas contemplavam crianças e adolescentes.” [A expressão “com precisão” não deve ser demarcada por duas vírgulas e, sim, apenas seguida por uma vírgula, porque é uma expressão adverbial que modifica o verbo “saber”.]

(B) “Nesses casos, foi necessário aprofundar a investigação até os POs, que são identificações orçamentárias, de caráter gerencial (não constante da LOA), vinculadas às ações orçamentárias, com a finalidade de permitir que a elaboração e a execução do orçamento ocorram em um nível mais detalhado que os demais atributos da ação.” [A sigla POs não deve ser seguida por uma vírgula porque a oração seguinte é uma oração subordinada adjetiva restritiva.]

(C) “Em síntese, quando o título não deixava claro seu caráter social e/ou de atenção à criança e ao adolescente, foi necessário analisar as demais informações” [A oração subordinada adverbial temporal está corretamente demarcada por uma vírgula antes e uma depois porque ela está deslocada de lugar no período.]

(D) “A título de exemplo, em um programa de segurança pública, há uma ação de Proteção à Testemunha e, dentro desta, um plano orçamentário destinado à Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.” [A conjunção aditiva “e” não deve ser seguida por vírgula e sim antecedida, para separar os dois termos enumerados “um ação de proteção à testemunha” e “um plano orçamentário”.]

(E) “Outros trabalhos com o mesmo propósito foram realizados, porém, de forma mais agregada, utilizando as classificações orçamentárias de função ou subfunção, o que pode superestimar os gastos com essa população.” [A conjunção adversativa “porém” não deve ser demarcada por duas vírgulas e sim apenas antecedida por uma vírgula.]

RASCUNHO

RASCUNHO

Continua

61

O fragmento do Texto XV em que a substituição da palavra destacada pelo que está entre colchetes altera o sentido original desse trecho é:

(A) “Mesmo utilizando as informações **disponibilizadas** nos atributos das ações, muitas vezes as informações existentes não permitiam saber, com precisão, se seus produtos ou entregas contemplavam crianças e adolescentes.” — parágrafo 1 [fornecidas]

(B) “Nesses casos, foi necessário aprofundar a investigação até os POs, que são identificações orçamentárias, de caráter gerencial (não constante da LOA), **vinculadas** às ações orçamentárias, com a finalidade de permitir que a elaboração e a execução do orçamento ocorram em um nível mais detalhado que os demais atributos da ação.” — parágrafo 1 [associadas]

(C) “Em síntese, quando o título não deixava claro seu caráter social e/ou de atenção à criança e ao adolescente, foi necessário analisar as demais informações (programas, descritores das ações, beneficiários, POs, unidades **orçamentárias** e subfunções)” — parágrafo 2 [financeiras]

(D) “Tal processo mostrou-se importante para dar confiabilidade, precisão e transparência à metodologia de **apuração** dos gastos.” — parágrafo 3 [verificação]

(E) “Outros trabalhos com o mesmo propósito foram realizados, porém, de forma mais **agregada**, utilizando as classificações orçamentárias de função ou subfunção, o que pode superestimar os gastos com essa população. — parágrafo 3 [associada]

62

A concordância do verbo em destaque está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa em:

(A) Alguns gastos em educação, como o programa de concessão de bolsas para a educação básica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), destinado à formação de professores, **foi** mais difícil de ser classificado.

(B) Dessa forma, os recursos destinados à proteção social básica e à proteção social especial de alta e média complexidades do Suas **foi** contabilizado no GSC&A de forma ponderada, de modo a incluir apenas os recursos destinados às crianças e aos adolescentes.

(C) Sendo assim, as ações desse programa foram apropriadas de forma ponderada no gasto social com crianças e adolescentes. **Classificou**-se, também, as ações e os programas voltados para a população indígena e para a igualdade racial e de gênero como ampliadas e alocadas na área proteção e defesa de direitos.

(D) **Considera**-se gastos ampliados os gastos com o Sistema Único da Assistência Social (Suas), sistema que organiza os serviços socioassistenciais no Brasil, por exemplo, porque suas ações e seus programas são voltados para famílias, indivíduos e grupos populacionais em situação de vulnerabilidade, entre os quais crianças e adolescentes.

(E) Em síntese, quando o título não deixava claro seu caráter social e/ou de atenção à criança e ao adolescente, **analisaram**-se as demais informações (programas, descritores das ações, beneficiários, POs, unidades orçamentárias e subfunções).

RASCUNHO

RASCUNHO

Texto XVI

1 Publicada nesta quinta-feira (11/8) a edição número 3, do volume 51, da revista Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A publicação reúne oito artigos, entre eles um sobre o "Efeito da municipalização do Imposto Territorial Rural (ITR) sobre a arrecadação tributária dos municípios brasileiros", o qual avalia que a fiscalização e cobrança municipal do ITR obtiveram um aumento de até 8,8% na arrecadação do imposto. Os pesquisadores analisaram, entre os anos de 2006 e 2010, o efeito da municipalização da fiscalização sobre a arrecadação do tributo, depois de o governo federal ter alterado a legislação e possibilitado a celebração de convênio entre a Secretaria da Receita Federal (SRF) e os municípios. Os resultados mostram que essa mudança traz benefícios fiscais aos cofres públicos, além de diminuir a sonegação por parte dos contribuintes por intermédio dos lançamentos errados dos valores usados como base para o cálculo do imposto.

2 No artigo "Promovendo o desempenho educacional via melhorias na gestão escolar: o caso do Programa Jovem de Futuro", os autores examinam o impacto do programa Jovem do Futuro, desenvolvido pelo Instituto Bradesco para a melhoria da gestão escolar, sobre a proficiência dos estudantes do final da 3ª série do ensino médio. O programa foi adotado, ao longo da última década, por 3.000 escolas públicas de onze redes estaduais. Os resultados apontam para um impacto estatisticamente significativo de 10% de um desvio padrão, que equivale ao ganho em proficiência que um estudante alcança ao longo de um ano letivo do ensino médio e está em linha com impactos em avaliações similares realizadas internacionalmente. Sendo assim, os autores sinalizam que é possível desenhar e implementar programas capazes de transformar a gestão de escolas públicas e contribuir para o enfrentamento das graves deficiências educacionais no país.

3 "Migração intermunicipal no Nordeste brasileiro: há evidências de seleção migratória?" é tema do artigo cujo objetivo foi estudar a dinâmica migratória intermunicipal nordestina e a hipótese de seleção positiva migratória nos municípios da região. Com base em censos demográficos do Brasil nos anos de 2000 e 2010, os resultados mostram que há maior probabilidade de migração para homens e entre pessoas de raça e cor branca, além disso, aumenta a probabilidade de migração com a mudança de faixa de escolaridade, e a probabilidade de migração se reduz para os casados e chefes de domicílios. No que diz respeito aos rendimentos, ser do sexo masculino, de raça e cor branca ou mudar de faixas de escolaridade conferem rendimentos superiores em relação aos seus comparativos.

4 Os autores do artigo "Abordagem hierárquico-espacial dos fatores que afetam a participação no mercado de trabalho brasileiro" observaram como as características individuais e do município no qual os indivíduos estão inseridos influenciam a probabilidade de estarem empregados. Os resultados indicam que, no caso do Brasil, homens, brancos ou amarelos, com ensino superior completo e que possuem companheira, têm maior probabilidade de estarem empregados. Além disso, verificaram forte relação entre os indicadores mensais de renda e saúde e as chances de participação no mercado de trabalho.

5 A publicação contempla outros quatro artigos inéditos, com os seguintes temas: "Os determinantes macroeconômicos da estrutura a termo do cupom cambial no Brasil"; "Grau de especialização da cesta de exportações e sua relação com a complexidade econômica das unidades da federação brasileira"; "O ciclo das commodities e o crescimento regional desigual no Brasil entre 2005 e 2014: uma aplicação de equilíbrio geral computável" e "Efeitos econômicos da Zona Franca de Manaus".

FISCALIZAÇÃO municipal e gestão escolar são temas de nova edição da revista PPE. **Notícias Ipea,** 11 ago. 2022. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=39493&catid=3&Itemid=3. Acesso em: 4 dez. 2023. Adaptado.

RASCUNHO

Continua

63

A proposta de revisão de um fragmento do Texto XVI, contida entre colchetes, garante a acurácia gramatical, em consonância com a norma-padrão da língua portuguesa, em:

(A) “A publicação reúne oito artigos, entre eles um sobre o ‘Efeito da municipalização do Imposto Territorial Rural (ITR) sobre a arrecadação tributária dos municípios brasileiros’, o qual avalia que a fiscalização e cobrança municipal do ITR obtiveram um aumento de até 8,8% na arrecadação do imposto.” [Inserir um artigo definido antes de “cobrança”, para garantir o paralelismo sintático do texto.]

(B) “Os resultados mostram que essa mudança traz benefícios fiscais aos cofres públicos, além de diminuir a sonegação por parte dos contribuintes por intermédio dos lançamentos errados dos valores usados como base para o cálculo do imposto.” [Substituir o pronome demonstrativo “essa” por “esta”, porque o trecho está se referindo a uma das mudanças citadas.]

(C) “Com base em censos demográficos do Brasil nos anos de 2000 e 2010, os resultados mostram que há maior probabilidade de migração para homens e entre pessoas de raça e cor branca, além disso, aumenta a probabilidade de migração com a mudança de faixa de escolaridade, e a probabilidade de migração se reduz para os casados e chefes de domicílios.” [Alterar a flexão do verbo “reduzir” para o plural de modo a garantir a concordância com o sujeito composto “mudança de faixa de escolaridade e a probabilidade de migração”; flexionar o adjetivo “branca” no plural para concordar com os substantivos “raça” e “cor”.]

(D) “Além disso, verificaram forte relação entre os indicadores mensais de renda e saúde e as chances de participação no mercado de trabalho.” [Inserir o pronome apassivador “se” em ênclise com o verbo “verificaram” para concordar com o núcleo “indicadores”.]

(E) “Os autores do artigo ‘Abordagem hierárquico-espacial dos fatores que afetam a participação no mercado de trabalho brasileiro’ observaram como as características individuais e do município no qual os indivíduos estão inseridos influenciam a probabilidade de estarem empregados.” [Flexionar o pronome relativo “o qual” no plural para concordar com o referente “características”.]

RASCUNHO

64

Considere o resumo de um artigo, apresentado a seguir, que sofreu algumas alterações de ordem gramatical ou estrutural.

Palavras-chave: avaliação de impacto experimental; gestão escolar; desempenho escolar.

O desempenho educacional brasileiro é inquestionavelmente limitado, mesmo quando comparado ao de países com o mesmo gasto por estudante. Esse fraco desempenho decorre, em grande medida, de um uso inadequado dos recursos disponíveis.

Diante do desafio, o Instituto Unibanco desenvolveu o Jovem de Futuro, programa voltado à melhoria da gestão escolar, adotado ao longo da última década por 3 mil escolas públicas de onze redes estaduais. Neste estudo estimo, por meio de um desenho experimental, o impacto desse programa sobre a proficiência dos estudantes ao final da 3ª série do ensino médio.

Os resultados encontrados indicam um impacto estatisticamente significativo de 10% de um desvio-padrão, robusto entre redes de ensino e ao longo do tempo. Impactos dessa magnitude estão em linha com os encontrados em avaliações similares realizadas internacionalmente e equivalem ao ganho em proficiência que um estudante alcança ao longo de um ano letivo do ensino médio. Esta avaliação demonstra que é possível desenhar e implementar programas capazes de transformar a gestão de escolas públicas e contribuir para o enfrentamento das graves deficiências educacionais do país.

BARROS, R. P. *et al*. Promovendo o desempenho educacional via melhorias na gestão escolar: o caso do programa jovem de futuro. *In*: **Revista e Planejamento Econômico**. v.51, n. 3, 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11668/1/PPE_v51_n03_Artigo1_promovendo_o_desempenho.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023. Adaptado.

O resumo acima apresenta alguns desvios em relação ao que preconiza a norma da ABNT que trata de resumo, resenha, etc.

Ao fazer a correção desse texto, uma das providências que deve tomar o revisor é a seguinte:

(A) marcar os parágrafos com um recuo de 1,25 cm.

(B) corrigir a passagem “Neste estudo estimo, por meio de um desenho experimental”, explicitando o pronome **eu**.

(C) passar a expressão Palavras-chave para negrito, mantendo sua posição acima do texto.

(D) passar tanto a expressão Palavras-chave quanto as palavras-chave que a seguem para logo abaixo do resumo.

(E) passar tanto a expressão Palavras-chave quanto as palavras-chave que a seguem para logo abaixo do resumo, empregando iniciais maiúsculas nas palavras-chave.

65

Considere a Tabela abaixo.

Projeções: taxas de crescimento do PIB e de seus componentes (Em %)

	Observado				Previsto			
			2023-T2	2023-T3	2023-T4			
	2021	2022	Trim. Ano anterior	Trim. Ano anterior	Trim. Ano anterior	Trim. Anterior dessazonalizado	2023	2024
PIB	4,8	3,0	3,5	2,0	3,0	0,5	3,2	2,0
Agropecuária	0,0	-1,1	20,9	8,8	9,7	-0,8	16,7	-3,2
Indústria	5,0	1,5	1,0	1,0	2,2	0,7	1,4	2,5
Serviços	4,8	4,3	2,7	1,8	2,6	0,6	2,6	2,1
Consumo das famílias	3,0	4,1	3,1	3,3	3,7	0,8	3,5	2,5
Consumo do governo	4,2	2,1	2,3	0,8	2,0	0,2	1,4	1,3
FBCF	12,9	1,1	-1,8	-6,8	-5,5	0,8	-3,3	2,6
Exportações de bens e serviços	4,4	5,7	11,9	10,0	9,6	1,4	9,7	4,6
Importações de bens e serviços	13,8	1,0	1,2	-6,1	-4,1	-2,5	-2,0	3,1

Fonte: Ipea.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

IPEA prevê crescimento de 3,2% do PIB neste ano e mantém em 2,0% a estimativa para 2024. Notícias Ipea. 20 dez. 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14833-ipea-preve-crescimento-de-3-2-do-pib-neste-ano-e-mantem-em-2-0-a-estimativa-para-2024. Acesso em: 24 dez. 2023. Adaptado.

O exame da Tabela sobre as taxas de crescimento do PIB em 2023 permite concluir que

(A) a previsão para os resultados do setor de indústria para o ano de 2024 é de queda significativa.
(B) a projeção de alta de 2,1% no setor de serviços em 2023 e de 2,6% em 2024 permite que ele seja considerado um dos principais impulsionadores do PIB.
(C) as exportações de bens e serviços apresentaram queda no ano de 2022 em relação a 2021.
(D) os setores com maior responsabilidade sobre o aumento do PIB em 2023 são agropecuária e exportação de bens e serviços.
(E) as importações de bens e serviços sofreram aumento ininterrupto a partir de 2022.

66

A justificativa para fazer uma revisão de modo a alcançar maior concisão textual está explicitada entre colchetes em:

(A) A proposta para uma nova modalidade de concessão do seguro-desemprego no Brasil foi apresentada no Seminário de quinta-feira (07/12). O encontro contou com a presença de especialistas que discutiram inovações no cenário trabalhista do país. [Substituir o substantivo “presença” por “participação”.]
(B) Apresentou-se uma modalidade inovadora e revolucionária na concessão do seguro-desemprego, permitindo que os trabalhadores sejam reempregados sem perder o benefício. [Retirar o adjetivo “inovadora” porque o seu sentido já está expresso pelo adjetivo “revolucionária”]
(C) Entre os atributos esperados estão o aumento e diversificação da capacitação profissional, a redução de despesas com o seguro-desemprego, o fomento ao investimento em qualificação. [Retirar o substantivo “aumento” porque seu sentido já está contido no substantivo “diversificação”.]
(D) Apesar dos benefícios apresentados, a implementação do seguro-reemprego enfrenta desafios e crises, como a necessidade de as empresas se adaptarem a políticas de qualificação de trabalhadores. [Retirar o substantivo “crises” porque seu sentido já está contido no sentido do substantivo “desafios”.]
(E) Pontos críticos incluem e prejudicam o equilíbrio entre estímulo ao reemprego e qualificação, a duração do período de fidelização do vínculo e o possível impacto nos serviços públicos de emprego. [Retirar o verbo “incluem” porque seu sentido já está contido no verbo “prejudicam”.]

RASCUNHO

Continua

Texto XVII

1 Nos últimos vinte anos, houve um notável crescimento da presença evangélica no Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de evangélicos no país aumentou consideravelmente. Em 2000, aproximadamente 15,4% da população brasileira se identificava como evangélica, enquanto em 2010 esse número já havia subido para cerca de 22,2%. A principal fonte de informação para essa estimação é o censo populacional. Contudo, uma pesquisa mais recente do Datafolha indica que os evangélicos já somam 31,0% da população brasileira.

2 Em relação ao crescimento dos evangélicos no Brasil, a literatura acadêmica destaca que esse aumento tem sido mais pronunciado nas áreas urbanas, possivelmente devido à migração para as cidades e à maior oferta de igrejas e eventos religiosos nessas regiões. O uso eficaz de mídias e tecnologias, como rádio, televisão e redes sociais, tem desempenhado um papel importante na disseminação das mensagens religiosas e no recrutamento de novos membros. Também se destaca a estreita relação entre os evangélicos e a política brasileira, com o crescimento da influência desses grupos religiosos e a eleição de líderes evangélicos para cargos legislativos e executivos, impactando políticas públicas, percepções e valores da sociedade.

3 A principal fonte de informação sobre as preferências religiosas da população brasileira é o censo populacional, realizado decenalmente, porém o último foi coletado em 2022, com dois anos de atraso em virtude da pandemia. Com base nas informações disponíveis no censo, é possível constatar o crescimento da religião evangélica no país nos últimos anos.

4 Uma informação ainda não utilizada para mensurar o crescimento das religiões evangélicas no Brasil é o número de estabelecimentos religiosos e sua dispersão no território. Utilizando dados da Rais, entre 1998 e 2021, é possível observar, ao longo do tempo, a evolução no número desses estabelecimentos em cada município brasileiro.

5 No entanto, o número total de estabelecimentos religiosos, apesar de interessante, não nos permite avaliar quais são as religiões que têm puxado o crescimento do número de igrejas ou em quais regiões cada denominação se encontra mais presente. Para isso, é necessário detalhar a classificação desses estabelecimentos, segundo a religião a que são vinculados. Uma das formas é a sua classificação pelo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). A Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, possui mais de 6.800 estabelecimentos espalhados pelo país, todos eles vinculados a uma única pessoa jurídica, ou seja, um único CNPJ. O mesmo acontece com a Igreja Quadrangular, com quase 5 mil estabelecimentos, todos eles pertencentes a uma única pessoa jurídica.

DE NEGRI, F.; MACHADO, W.; CAVALCANTE, E. **Crescimento dos estabelecimentos evangélicos no país nas últimas décadas**. Nota Técnica n. 123. Rio de Janeiro: Ipea, nov. 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12605/1/NT_123_Diset_crescimento_dos_estabelecimentos.pdf. Acesso em: 24 dez. 2023. Adaptado.

67

O segundo parágrafo do Texto XVII estabelece, com o primeiro parágrafo, uma relação de

(A) analogia
(B) conclusão
(C) contraposição
(D) detalhamento
(E) hipótese

68

No trecho do 1º parágrafo do Texto XVII, “A principal fonte de informação para essa estimação é o censo populacional. **Contudo**, uma pesquisa mais recente do Datafolha indica que os evangélicos já somam 31,0% da população brasileira”, a conjunção destacada expressa a ideia de

(A) causalidade
(B) comparação
(C) conclusão
(D) finalidade
(E) oposição

69

Depois de se referir à utilização de dados da Rais para observar a evolução no número de estabelecimentos religiosos, o Texto XVII desenvolve a seguinte ideia:

(A) para avaliar o crescimento do número de igrejas, é preciso detalhar a classificação desses estabelecimentos.
(B) a eleição de líderes evangélicos para cargos legislativos e executivos tem influenciado valores da sociedade.
(C) o aumento do número de evangélicos no país tem sido maior nas áreas urbanas.
(D) o censo populacional permite registrar as preferências religiosas da população brasileira.
(E) o uso das mídias, como rádio, televisão e redes sociais, tem ajudado a divulgar as mensagens religiosas.

70

O trecho do Texto XVII, destacado a seguir, que se refere a uma informação contida no parágrafo imediatamente anterior é:

(A) "**Em relação ao crescimento dos evangélicos no Brasil**, a literatura acadêmica destaca que esse aumento tem sido mais pronunciado nas áreas urbanas" (parágrafo 2)

(B) "**O uso eficaz de mídias e tecnologias**, como rádio, televisão e redes sociais, tem desempenhado um papel importante na disseminação das mensagens religiosas" (parágrafo 2)

(C) "a estreita **relação entre os evangélicos e a política brasileira**, com o crescimento da influência desses grupos religiosos e a eleição de líderes evangélicos" (parágrafo 2)

(D) "**A principal fonte de informação sobre as preferências religiosas** da população brasileira é o censo populacional" (parágrafo 3)

(E) "**A Igreja Universal do Reino de Deus**, por exemplo, possui mais de 6.800 estabelecimentos espalhados pelo país, todos eles vinculados a uma única pessoa jurídica, ou seja, um único CNPJ." (parágrafo 5)

RASCUNHO

RASCUNHO